

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DANIEL PAPPEN

A CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA GAÚCHA PARA A  
INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA DE 1950 A 1980

Porto Alegre

2010

DANIEL PAPPEN

A CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA GAÚCHA PARA A  
INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA DE 1950 A 1980

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Jr.

Porto Alegre

2010

DANIEL PAPPEN

A CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA GAÚCHA PARA A  
INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA DE 1950 A 1980

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

---

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Jr. – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Pedro Silveira Bandeira  
UFRGS

---

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho  
UFRGS

## DEDICATÓRIA

À Louise, minha metade.  
Paixão de toda a vida.

A meus pais, José e Leonice.  
Exemplos de persistência e caráter.  
Constantes de carinho.

À minha irmã Luíse.  
Íntegra da minha confiança.

Todo meu amor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul.

Aos seus servidores e professores, em  
especial ao meu orientador, Ronaldo  
Herrlein Jr., pelo conhecimento e pela  
orientação transmitida.

Meu igual agradecimento: Renato,  
Isabete, Dennis, Elisa e Beatriz.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor da produção industrial de 1907 a 1939 (participação percentual) .....	15
Tabela 2 – Participação percentual dos segmentos produtivos no valor bruto da produção da agricultura no Rio Grande do Sul de 1948 a 80 .....	17
Tabela 3 – Evolução da lavoura do arroz no RS de 1940 a 1980 .....	20
Tabela 4 – Tratores existentes nos estabelecimentos agrícolas de 1920 a 1970 .....	20
Tabela 5 – Evolução da lavoura do trigo no RS de 1950 a 1980 .....	22
Tabela 6 – Evolução da lavoura da soja no RS de 1960 a 1980 .....	23
Tabela 7 – Confronto relativo entre o incremento físico dos principais produtos selecionados e o demográfico entre 1928/32 e 1965/69 .....	25
Tabela 8 – Produção das principais lavouras temporárias - preço médio no triênio 1965-67, em Cz\$ .....	27
Tabela 9 – Comparação entre as exportações e importações brasileiras e gaúchas – em US\$ milhões .....	29
Tabela 10 – Comércio global do Rio Grande do Sul (interestadual e exterior) - valor a preços constantes (base 1965-67=100) .....	30
Tabela 11 – Comércio global do Rio Grande do Sul segundo as regiões do Brasil e do exterior - preço constante (base 1965-67 = 100) .....	31
Tabela 12 – Comércio global do Rio Grande do Sul por classes de mercadorias - preço constante (base 1965-67 = 100) .....	32
Tabela 13 – Evolução da participação do Rio Grande do Sul no valor da transformação industrial brasileira, por categorias de uso, de 1959 a 80 .....	34
Tabela 14 – Taxas médias anuais de crescimento do valor da transformação industrial, por categorias de uso, da indústria do Brasil e do Rio Grande do Sul – 1959-80 .....	35
Tabela 15 – Indústria de transformação: estrutura industrial da região por grupos de indústrias segundo o valor de transformação industrial .....	36

<b>Tabela 16 – Exportações do Rio Grande do Sul e Brasil – em US\$ milhões .....</b>	<b>58</b>
<b>Tabela 17 – Participação relativa das exportações e importações sobre o PIB do Brasil e do Rio Grande do Sul de 1967 a 1980 .....</b>	<b>59</b>
<b>Tabela 18 – Participação do Rio Grande do Sul no produto interno líquido da indústria brasileira de 1960 a 1980 .....</b>	<b>59</b>
<b>Tabela 19 – Área produtiva total e por subsetores da agricultura do Rio Grande do Sul de 1960 a 1980 .....</b>	<b>60</b>
<b>Tabela 20 – Utilização de fatores por subsetores da agricultura do Rio Grande do Sul de 1960 a 1980 .....</b>	<b>60</b>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>ELEMENTOS FORMADORES DA ECONOMIA GAÚCHA .....</b>	<b>10</b>
2.1	ANTECEDENTES .....	10
2.2	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA GAÚCHA .....	16
<b>2.2.1</b>	<b>A agricultura colonial .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2.2</b>	<b>A lavoura empresarial .....</b>	<b>19</b>
2.2.2.1	Lavoura do arroz .....	19
2.2.2.2	Lavoura do trigo .....	21
2.2.2.3	Lavoura da soja .....	23
<b>3</b>	<b>ESTRUTURA DA ECONOMIA GAÚCHA NO PERÍODO 1950-1980 ..</b>	<b>24</b>
3.1	EXCEDENTE AGRÍCOLA GAÚCHO .....	24
3.2	RELAÇÃO COMERCIAL EXTERIOR DO RS .....	28
3.3	PARTICIPAÇÃO GAÚCHA NA INDÚSTRIA NACIONAL .....	33
3.4	PRODUÇÃO INDUSTRIAL GAÚCHA POR SETORES .....	36
<b>4</b>	<b>RS E BRASIL: TRAJETÓRIAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO .....</b>	<b>40</b>
4.1	TIPO DE INDUSTRIALIZAÇÃO PRETENDIDO NO RIO GRANDE DO SUL .....	40
<b>4.1.1</b>	<b>Industrialização através de matérias-primas regionais .....</b>	<b>41</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Industrialização através de um polo industrial .....</b>	<b>43</b>



4.2	DESENVOLVIMENTO INSUFICIENTE DA INDÚSTRIA GAÚCHA .....	45
4.3	INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE INVESTIMENTO ESTATAL .....	47
4.4	FORNECIMENTO DE INSUMOS E DIVISAS À INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA PELA PRODUÇÃO AGRÍCOLA GAÚCHA .....	49
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>
	<b>ANEXO ESTATÍSTICO .....</b>	<b>58</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho destina-se a analisar, de modo geral, a economia gaúcha dos anos 1950 a 1980 e, mais especificamente, quais foram as maneiras de inserção do estado no mercado nacional. Sabe-se que esses trinta anos estiveram marcados por grandes mudanças na indústria do Brasil, suscitando debates sobre de que forma o Rio Grande do Sul teria seguido tais transformações. Os antecedentes rio-grandenses dão conta de que a evolução de sua estrutura industrial esteve dependente da principal atividade do estado, a agropecuária. Assim, serão buscados indícios da contribuição gaúcha aos avanços do setor secundário brasileiro.

Em nível nacional, o desenvolvimento da indústria veio acompanhado de um novo padrão de acumulação de capitais, relegando a agricultura a uma atuação de caráter subsidiário. Logo, a avaliação é não só do fim a que o estado chegou, mas também dos meios que ele proporcionou para que toda a economia nacional pudesse lograr êxito no seu processo de expansão e diversificação industrial.

O capítulo dois irá explorar brevemente a formação econômica do Rio Grande do Sul antes de 1950; quais os fatores que impulsionaram a sua inclusão nos mercados nacionais, bem como os limitadores desse processo. Ainda, a primeira trajetória da indústria rio-grandense, comparativamente ao desencadeamento da industrialização do sudeste do país, em decorrência dos incentivos que ocorreram à cafeicultura. Também será descrita a produção agropecuária gaúcha; da lavoura colonial e da pecuária tradicional até o setor empresarial.

Dividido em quatro seções, o capítulo três abordará a estrutura da economia estadual no período compreendido entre 1950 e 1980. A primeira seção trata do excedente agrícola gerado pelos setores da pecuária tradicional e das lavouras colonial e capitalista. A seção dois traz a relação comercial gaúcha. Através das exportações, foi direcionado principalmente o excedente agrícola para outros estados, mas também para mercados internacionais.

Também serão apresentados dados referentes às importações e à contribuição de diferentes classes de mercadorias nas trocas comerciais. A terceira divisão do capítulo mostra a participação e evolução industrial gaúcha sobre o agregado nacional. Na próxima seção, são analisados os diversos setores e segmentos da indústria estadual.

O capítulo quatro será focado na trajetória de industrialização, brasileira e gaúcha. Inicialmente expor-se-ão as diferentes pretensões da classe política para o processo no Rio Grande do Sul. Também conforme a concepção da época, será feita a abordagem do desenvolvimento insuficiente da indústria gaúcha. Na subdivisão seguinte, expõe-se a relevância do investimento estatal para o decurso da industrialização brasileira. Por fim, será defendida a importância que a agricultura gaúcha teve ao produzir insumos e gerar divisas para o processo de industrialização no Brasil.

Os dados utilizados em diversas passagens, mas de forma mais intensa no capítulo três, objetivam comparações da agropecuária e da indústria do Rio Grande do Sul com os setores nacionais e de outras unidades federativas, intertemporalmente. As informações serão apresentadas de forma agregada e também parcialmente desagregada, de acordo com a oportunidade da abordagem em cada seção.

## 2. ELEMENTOS FORMADORES DA ECONOMIA GAÚCHA

### 2.1 ANTECEDENTES

O povoamento tardio do território atualmente ocupado pelo Rio Grande do Sul obedeceu a uma preocupação de disputa geopolítica entre Portugal e Espanha. Com as missões jesuíticas, e sua posterior extinção, o gado bovino remanescente reproduziu-se de forma livre, formando as vacarias. Estas foram objeto de caça por bandos que tinham o intuito inicial da produção de couro. No centro do Brasil, com sua povoação à época mais adiantada, as relações econômicas eram avançadas em relação ao extremo-sul.

Com o descobrimento das minas, porém, o Rio Grande do Sul torna-se fornecedor de insumos para a exploração dos metais no centro da colônia portuguesa. São necessários alimentos, animais para transporte e para montaria, todos esses fornecidos pelo gado capturado no sul. Explicitou-se, então, um caráter periférico da economia gaúcha: estava a região restrita ao abastecimento da atividade econômica mais lucrativa, a vigente no centro da então colônia portuguesa.

Segundo Schneider (1992), a integração do Rio Grande do Sul ao resto do país ocorre tardiamente por características além das configurações físicas do estado, no extremo-sul do Brasil e desprovido de portos marítimos naturais. A autora aponta fatores tais como:

A inexistência, no Sul do Brasil, de recursos minerais cuja exploração interessasse à Coroa Portuguesa (principalmente ouro, prata e pedras preciosas) em quantidade suficiente para justificar que aqui se instalasse um centro minerador; a semelhança do clima gaúcho com o europeu não permitiu o desenvolvimento no estado de monoculturas de exportação complementares à produção européia, como o açúcar no Nordeste e, mais tarde, o café no centro do país; a maior distância relativa face a Portugal, o que obviamente tornava ainda mais importante a perspectiva de altas taxas de retorno para justificar a iniciativa de ocupação.

E foi com o aprisionamento dos animais remanescentes em grandes latifúndios que se gerou um novo ciclo na pecuária, com a implantação das charqueadas, baseadas no mercado escravo. A produção foi destinada à

alimentação dos escravos e da população livre e pobre, dominando a economia gaúcha até o início do século XX. Esse modelo de produção concentrou-se na região da campanha, ao sul da província.

A rentabilidade do charque oscilou bastante durante o período, pois estava sujeita à concorrência da região produtora do Prata, porém sempre com lucros menores que os produtos exportáveis do resto do país, como metais, café e açúcar. A hegemonia política da província seria detida, até o final do império, por Pelotas e Rio Grande. Além de concentrar as charqueadas em seu entorno, o escoadouro dava-se a partir do porto de Rio Grande, e ambas as cidades já constituíam os maiores núcleos urbanos regionais.

Com a imigração europeia essencialmente na parte norte da província, foi viabilizado outro modelo econômico e social, com base na pequena propriedade e na atividade agrícola. Dessa forma, propiciou-se na região, inclusive através da intermediação comercial que se dava no seu escoadouro, Porto Alegre, alguma acumulação de capitais. A participação política, contudo, permanecia concentrada nos representantes do já decadente latifúndio pecuarista do sul.

Nesse período já se houvera tentado a introdução da cultura de trigo no estado, mas, a exemplo do charque, a produção ficava sempre sujeita às crises freqüentes, pela dificuldade das atividades na acumulação de capital e pelo mercado volátil com que se defrontavam. Os produtores não tiveram como se proteger da concorrência externa, que gerava desvantagens relacionadas com sua localização. Castro (1971), afirma que:

Observa-se na história do Rio Grande do Sul que o difícil para este não é descobrir novos produtos e introduzir novas técnicas: o problema consiste em manter os mercados novos uma vez que outras áreas, mais bem situadas se lancem no ramo.

E foi justamente com a instalação dos imigrantes que surgiu um mercado interno estadual. Tornaram-se possíveis grandes transformações sociais e econômicas na virada do século XX, baseadas na produção agropecuária da zona colonial. A economia de mercado interno, juntamente com o capital acumulado, incentivou o surgimento de agroindústrias na zona colonial.

A incipiente indústria de Porto Alegre também guardou vínculo ou com a transformação do produto agrícola ou com o fornecimento de insumos e implementos para essa mesma agricultura. Dessa forma, a colônia era, através do comércio de sua produção agropecuária, o núcleo mais dinâmico de aplicação do capital, fornecendo matérias-primas para beneficiamento nas agroindústrias voltadas ao mercado local.

Alguns aspectos peculiares do processo de colonização da metade norte, em relação à sul, também favoreceram a industrialização. O complexo colonial foi mais densamente povoado, contando com renda mais igualitária, estimulando um mercado para manufaturas simples. Com a Primeira Guerra, acentuaram-se as dificuldades de importação desses bens. As capacidades empresarial e técnica, antes pouco difundidas, foram alargadas com o próprio desenvolvimento dos imigrantes europeus. Muitos deles possuíam uma cultura artesanal e, mantendo contato com seus países de origem, tiveram acesso à tecnologia e à importação de alguns equipamentos.

Um exemplo de onde tais diferenças fizeram-se presentes é a indústria do couro. Ao passo que a exploração no sul do estado colocou a atividade como subsidiária do charque, os imigrantes alemães, já no final do século XIX, em oficinas rudimentares, dão início à produção dos calçados, que viria a centrar-se no município de Novo Hamburgo e que grande importância teria no futuro.

Cabe destacar que a economia nacional desenvolvia-se, no início do século XX através de compartimentos regionais. Foi um período em que empresas menos capitalizadas puderam competir com a indústria mais avançada. As dificuldades de transporte, com altos preços de frete, acabavam por proteger o setor secundário regional. Dessa forma, a produção industrial era destinada a mercados mais próximos.

Conforme Herrlein Jr. (2004), a distância e os precários meios de ligação com o resto do país, determinaram o desenvolvimento de um importante sistema econômico no Rio Grande do Sul, capaz de prover alimentos e demais bens de consumo. A diversificada produção para provimento interno, conjugada

com as expressivas exportações, permitiu que o estado figurasse entre as economias regionais de maior peso no Brasil. Desse modo, em 1920, considerando o valor da produção agrícola e industrial *per capita*, “o Rio Grande do Sul detinha a segunda posição, com 376 mil réis, depois de São Paulo, com 587 mil réis, e à frente de Minas Gerais, com 178 mil réis”, (Love, apud Herrlein Jr. 2004).

A partir dos anos 1930 vem a ocorrer uma integração mais intensa do mercado interno do país, porém a articulação do estado com a economia nacional pouco se alterou. A configuração do crescimento econômico permaneceu baseada na exportação agropecuária e agro-industrial para o mercado nacional, concomitantemente à ampliação do mercado regional gaúcho. Com o início da Segunda Guerra e a política nacionalista de Getúlio Vargas, acentua-se o incentivo ao mercado interno nacional, através de protecionismo, mas a indústria gaúcha mantém seu caráter prioritariamente regional. Vale aqui salientar a definição adotada por Singer (1977): utilizamos a nomenclatura mercado “nacional”, no período, para aquele não-integrado, como Rio de Janeiro ou São Paulo; o “regional” é Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e a zona colonial.

A aceleração da expansão industrial e do emprego, com certo aumento da massa salarial, provocou uma demanda crescente dos produtos primários, característicos da agropecuária colonial. Correspondendo ao crescimento urbano, a agricultura desenvolveu-se na produção de alimentos, com a substituição de importação de trigo, e na geração de matérias-primas à indústria. Também cabe destacar a ascensão de um novo setor de produção primária, com a lavoura do trigo mais moderna. Isto se tornou necessário para fazer frente ao produto estrangeiro, gerando maior produtividade.

Foram fatores importantes para o incentivo à industrialização, pois vieram a garantir a redução dos custos da mão-de-obra urbana. O crescimento industrial também trouxe significativa mudança espacial da economia gaúcha. O eixo Porto Alegre - Caxias diferenciou-se do resto da região de agropecuária colonial, pois atraiu novos empreendimentos manufatureiros, caracterizando-se, no estado, como região industrial por excelência.

Conforme Müller (1979), durante os anos compreendidos entre 1930 e 1945 que é atingido o apogeu do “modelo histórico de desenvolvimento” da economia gaúcha. É quando ocorre a fusão da zona rural marcada pela pecuária, dos seus produtos históricos aos frigoríficos, da pequena produção agropecuária e das explorações já relativamente grandes do arroz e do trigo. O desenvolvimento dessas forças de produção, com seu modelo histórico de acumulação de capital e de riqueza, dá-se através do desdobramento das atividades agropecuárias com as industriais e comerciais, bem como com outras atividades ligadas à agroindústria.

Ainda segundo o mesmo autor, até os anos 50, a indústria rio-grandense esteve “[...] fundamentalmente voltada à elaboração de matérias-primas agropecuárias, de um lado, e, de outro, voltada ao fornecimento de algum equipamento e insumo a essa mesma agropecuária e a outras indústrias”.

Assim, desde seu início, tendo encontrado no complexo colonial suas condições para a acumulação de capitais necessária ao investimento em indústrias, não puderam os charqueadores desempenhar papel mais ativo na industrialização do Rio Grande do Sul. Evidenciou-se a importância do capital comercial nesse processo, ao possibilitar as trocas do excedente da produção agrícola colonial, ainda que a altos custos aos produtores. Dependiam eles dos comerciantes, que impunham preços baixos para o excedente de exportação e altos preços aos itens importados.

Enquanto isso, no centro do país, e mais especificamente em São Paulo, a base industrial esteve ligada ao capital cafeicultor. Foi nesse setor que se garantiram os maiores investimentos para a implementação do processo de industrialização. O ciclo que teve início já à metade do século XIX possibilitou uma grande expansão, bem como diversificação, da economia de São Paulo.

Como vantagem comparativa à agricultura gaúcha, a infra-estrutura física necessária à cultura do café foi priorizada pelo Governo. A política de gastos contemplou o sistema ferroviário, armazéns para estocagem e o saneamento urbano dos principais centros do estado. Mas, possivelmente, o estímulo mais importante ao setor cafeeiro foi a política de valorização do



produto, garantindo-se preços mínimos e crédito direto aos cafeicultores nos períodos de crises conjunturais.

Com a preservação da lucratividade do setor cafeicultor, essencialmente até 1930, a estrutura da economia brasileira mantinha seu caráter primário-exportador, inclusive porque o café era o principal responsável por gerar a renda e manter o nível de emprego interno. Após esse período, com a crise mundial de 1929, o governo colocou em prática políticas para proteger a atividade interna da depressão: queima dos excedentes de café, controle das importações e desvalorização cambial.

E foram essas medidas, via substituição de importações, que mantiveram os ganhos dos cafeicultores, passando estes a investir no setor secundário, vantajoso frente à queda nas cotações internacionais do café. Assim, o principal eixo do processo de industrialização foi a Região Sudeste, onde se concentrava o “capital decorrente das atividades relativas à produção, beneficiamento e comercialização do café”, Schneider (1992).

A tabela abaixo ilustra essa situação, pois revela um crescimento industrial mais intenso no estado de São Paulo para o período 1907-1939, praticamente triplicando sua contribuição. As demais unidades federativas comparadas, Rio Grande do Sul e Guanabara<sup>1</sup>, inclusive perdem participação percentual na indústria brasileira no período.

**Tabela 1 – Valor da produção industrial de 1907 a 1939 (participação percentual)**

REGIÕES	1907*	1919	1939
Rio Grande do Sul	13,5	11,1	9,8
São Paulo	15,9	31,5	45,4
Guanabara	30,2	20,8	17,0

Fonte: dados extraídos de Cano (1998).

\*Os dados de 1907 referem-se a um incompleto levantamento industrial realizado naquele ano, sem a mesma abrangência de Censos de anos posteriores.

Quando ocorre o desenvolvimento de uma indústria mais avançada no centro do país, a economia do Rio Grande do Sul ainda formava uma espécie

<sup>1</sup> Com a transferência da capital federal para Brasília, em 1960, o antigo Distrito Federal passou a constituir o Estado da Guanabara. Em 1975 os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara fundiram-se, sob a denominação de Estado do Rio de Janeiro.

de compartimento regional. Sua relativa auto-suficiência permitia que o suprimento de alimentos fosse dado de forma interna, com geração de excedentes direcionados para fora, e a indústria gaúcha era capaz de prover as necessidades do perfil de demanda local no período.

Com a progressiva mudança desse padrão de consumo interno, essencialmente a partir da década de 1950, criam-se novas condições para as trocas interestaduais. Incentivadas pela eliminação dos impostos para esse tipo de comércio e por um sistema mais eficiente de transportes, são as indústrias de fora do estado, mais avançadas e de maior dinamismo, que passam a fornecer os novos produtos então demandados.

## 2.2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA GAÚCHA

A produção agropecuária gaúcha pautou-se, desde fins do século XIX, pela geração de alimentos e fornecimento de matérias-primas essenciais à atividade industrial, adquirindo crescente valia para o mercado nacional. Foi a partir de dois diferentes segmentos produtivos, a pecuária tradicional e a agricultura colonial, que o Rio Grande do Sul abasteceu dois mercados distintos do sudeste do país, constituídos esses pela mão-de-obra dos cafezais. “A força de trabalho escrava do núcleo de expansão primitivo de cafeicultura absorvia o charque, enquanto os imigrantes italianos eram providos de produtos oriundos da zona colonial do estado”. (FEE, 1982).

É mais acentuadamente a partir de 1930, contudo, que a agricultura gaúcha desenvolveu-se através de uma correspondência à evolução urbana. Seria esse um período de crescimento da demanda por produtos primários, certamente estimulado pela urbanização e a simultânea redução da economia de subsistência familiar no meio rural.

Ao passo que a agricultura vai desenvolvendo-se no estado, a participação da pecuária tradicional na produção primária gaúcha “não foge a um crescimento vegetativo, constituindo-se em verdadeiro isolante entre aqueles dois sistemas [a lavoura empresarial e a agropecuária colonial]”

Carrion Jr. (1981). O lento e baixo desempenho da pecuária durante o período, exposto na tabela de participação dos segmentos no produto estadual, de 1948 a 1975, não dependeu dos preços de seus produtos, e sim da aparente inexistência de custos do seu principal fator, a terra, pois a posse veio sendo transferida sem ônus, ou pela herança, ou por financiamentos fundiários.

**Tabela 2 – Participação percentual dos segmentos produtivos no valor bruto da produção da agricultura no Rio Grande do Sul de 1948 a 80**

ANO	AGROPECUÁRIA COLONIAL	LAVOURA EMPRESARIAL	PECUÁRIA TRADICIONAL
1948	60,20	27,06	12,74
1950	51,79	26,83	21,38
1955	46,17	37,45	16,38
1960	53,76	26,42	19,82
1965	51,58	29,42	19,00
1970	46,81	38,98	14,21
1975	40,99	50,56	8,45

Fonte: FEE (1982, p.99).

### 2.2.1 A agricultura colonial

A agricultura colonial, em pleno crescimento desde a imigração europeia, já havia criado algum dinamismo para a economia do estado, rompendo com o decadente modelo das charqueadas. Ela representou a forma de resistência da agricultura gaúcha, enquanto esta não esteve articulada com os padrões de acumulação do país. O segmento caracterizou-se pela grande diversificação de culturas, de natureza não-capitalista, onde as relações de produção se baseiam nas relações familiares.

Mesmo por estar marcado pela presença do proprietário-trabalhador, que detém os meios de produção e trabalha para obter, no mínimo a sua subsistência, o modelo não deixa de gerar excedente, canalizado para o mercado e transformado em mercadoria. Porém, tal realização não conduziu o segmento produtivo à acumulação. O mercado, sob domínio do capital comercial e do industrial, comprimiu preços, de forma a absorver uma parte do valor gerado na agropecuária colonial.

O crescimento comercial da lavoura na região colonial foi uma alternativa de produção em vista das dificuldades encontradas para uma maior

participação gaúcha na industrialização nacional. O desenvolvimento do setor primário, baseado na produção de trigo e milho, foi possível, entre outros fatores, graças à expansão da fronteira agrícola, principalmente no noroeste do estado.

A manutenção de sua estrutura básica passou a criar entraves para a reprodução do modelo colonial, distinguindo-o da crescente lavoura empresarial. O nível tecnológico estável gerou uma tendência a rendimentos decrescentes, uma vez que o aumento da produção dependia da busca constante por terras adicionais, em geral de menor produtividade. A deficiência era compensada pela existência de novas áreas cultiváveis, possibilitando a ampliação da produção agrícola sem a realização de grandes investimentos. É o período onde se iniciou a cessão de terras da pecuária tradicional.

Conforme Carrion Jr. (1981), os preços urbanos não eram repassados aos produtos da lavoura, “normalmente retidos em nível da intermediação comercial, [e] deixaram como alternativa a expansão com base na agregação de novas áreas de cultivo”. O aumento da oferta do setor primário assim deveu-se, principalmente, à expansão da fronteira agrícola e à reciclagem de terras, em vez de maiores ganhos na produtividade.

Já ao final do período da década de 1940, haviam ficado evidentes alguns problemas na economia do Rio Grande do Sul, oriundos de seu ciclo expansivo baseado no desdobramento das atividades agropecuárias. O esgotamento da fronteira agrícola no estado acabou por levar a produção a novas áreas, como o Paraná e o centro-oeste. Estes, mais próximos do centro do país, logo obtiveram vantagens de produtividade, gerando forte concorrência à produção gaúcha.

A falta de uma maior modernização tecnológica da agricultura colonial, com prejuízo à produtividade, aliada à concentração da posse da terra na pecuária e ao crescimento da população, ocasionou o êxodo rural. Pressionado, o mercado de trabalho urbano não foi capaz de absorver a mão-de-obra que se deslocava do campo, e a indústria, ainda que em expansão, foi travada pela ausência de uma infra-estrutura mais abrangente.

## 2.2.2 A lavoura empresarial

Não obstante os problemas relacionados com a produção primária rio-grandense, o segmento da lavoura empresarial gaúcha progressivamente ganha em importância. Desde cedo, lembra-se, vinha a agricultura capitalista também cumprindo um papel importante para os mercados nacionais, através do seu comportamento ligado às culturas de arroz, trigo e soja. Os impulsos que seriam dados ao setor visaram ao aumento da produção de matérias-primas e de produtos primários e à expansão da oferta, de forma a permitir uma maior absorção de manufaturados e de bens de capital do exterior com as divisas disponíveis.

Assim, as transformações substanciais pelas quais passou a agricultura no estado foram condicionadas pelo próprio desempenho momentâneo da lavoura empresarial. A periodização a seguir, apresentada por Ferrari Filho (1990), é importante para o entendimento da dinâmica de evolução do setor primário: de 1940 a 1950 o capitalismo insere-se rapidamente nas lavouras de arroz e trigo; 1950 a 1962 é a fase de menor crescimento da agricultura gaúcha; 1960 a 1980 é a fase de consolidação das formas capitalistas na produção primária rio-grandense<sup>2</sup>.

### 2.2.2.1 Lavoura do arroz

A primeira atividade primária tipicamente empresarial no estado surgiu com a cultura do arroz, ainda na primeira década do século XX. Nessa época “a proteção alfandegária, praticamente, retira a concorrência externa, reservando o mercado ‘nacional’ para o produto brasileiro”, (grifos da autora), Fraquelli (1979). Através da Lei Aduaneira Protecionista, de 1906, são criadas as condições específicas de mercado, com o conseqüente estímulo à lavoura.

---

<sup>2</sup> A emergência da lavoura capitalista do trigo e da soja proporcionou um novo dinamismo à economia gaúcha, com “uma grande ampliação na modalidade de uso do solo através do arrendamento de terras do latifúndio e do uso da mão-de-obra excedente no setor da lavoura colonial, inclusive sob a forma de assalariamento temporário.” Herrlein Jr. (2002).

A crise da pecuária tradicional foi importante para a expansão da lavoura rio-grandense de arroz, que, nos anos 1920, incorpora as terras arrendadas. Na década seguinte, são os resultados adversos nos estados competidores, devido a variações climáticas, que dão maior dinamicidade à orizicultura gaúcha. Não tendo sofrido distúrbios, o produto estadual tem sua cotação de preço elevada. A tabela abaixo revela aumentos de produtividade na evolução da cultura do arroz, de 1940 a 1980, onde o crescimento da quantidade produzida foi sempre superior ao da área cultivada.

**Tabela 3 – Evolução da lavoura do arroz no RS de 1940 a 1980**

ANO	ÁREA		PRODUÇÃO	
	BASE FIXA	BASE MÓVEL	BASE FIXA	BASE MÓVEL
1940	100	-	100	-
1950	211	211	190	190
1960	310	147	289	152
1970	382	123	471	163
1975	460	120	639	139
1980	507	110	781	122

Fonte: Ferrari Filho (1990, p.33).

Os ganhos de produtividade são decorrentes da mecanização da lavoura. É o momento em que “o Rio Grande do Sul passou a inserir-se na dinâmica do complexo urbano-industrial como demandador de bens e implementos agrícolas industriais” (Ferrari Filho, 1990). Logo, a orizicultura gaúcha, a partir da sua capitalização, acentua a função de redutora do custo de reprodução da força de trabalho, aumentando sua participação percentual na produção nacional.

**Tabela 4 – Tratores existentes nos estabelecimentos agrícolas de 1920 a 1970**

REGIÕES	1920	1940	1950	1970
Norte	7	26	61	1.035
Nordeste	72	248	451	6.177
Minas Gerais	153	253	763	9.332
São Paulo	401	1.410	3.819	65.801
Paraná	95	65	280	17.258
Rio Grande do Sul	817	1.104	2.245	38.358
Centro-Oeste	2	28	139	9.598
Brasil	1.706	3.380	8.372	157.346

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1920, 1940, 1950 e 1970), apud Cano (1998, p.421).

A tabela 4 apresenta a evolução do número de tratores existentes nos estabelecimentos agrícolas de diferentes unidades federativas do país. A mecanização das lavouras no Rio Grande do Sul não se restringiu ao arroz,

incorporando-se também ao trigo e à soja; dessa forma, certamente contribuiu para a redução dos custos, com crescente produtividade do trabalhador no campo.

A participação percentual do estado no número de tratores existentes no Brasil revela tendência permanente de queda no período analisado<sup>3</sup>. Ela se reduz de 47,9% para 32,7%, 26,8% e 24,4% nos anos de 1920, 1940, 1950 e 1970, respectivamente. Isso, todavia, não significa que a mecanização da lavoura rio-grandense foi deficitária, pois o número absoluto de tratores no estado multiplicou-se por 47 em todo o período. Dessa forma revela-se a expansão agrícola nacional, com a conseqüente mecanização em novas áreas como, por exemplo, o centro-oeste.

#### 2.2.2.2 Lavoura do trigo

Um maior incremento da lavoura empresarial vem a ocorrer somente no início da década de 1950, com a mecanização do trigo. No final da década anterior, esse era o único produto agrícola importado, e a expansão de sua cultura buscou justamente a substituição da importação, via preços mínimos e financiamentos e subsídios concedidos pelo Banco do Brasil.

Assim, com os incentivos, os produtores expandem rapidamente suas lavouras. Nesse período o setor tritícola atinge quase 40% da produção primária estadual, porém, com a crise do produto a partir de 1956, a participação volta a recuar. A competitividade foi perdida devido a diversos fatores, que incluem a quebra de safras, mudanças na política cambial que encareceram meios de produção importados, mas, principalmente, o acordo realizado pelo governo brasileiro com os Estados Unidos para compra do trigo excedente, prevendo 40 anos de carência para o pagamento.

---

<sup>3</sup> Observa-se que o Rio Grande do Sul possuía um grande número de tratores já em 1920, equivalendo a quase metade do total nacional.

Em 1967, com o rompimento do acordo do trigo com os Estados Unidos, volta a preocupação nacional em poupar divisas. Uma nova política de crédito agrícola às culturas de exportação é posta em prática e, já em 1970, o Rio Grande do Sul passa a liderar a produção nacional. Dessa maneira, a agricultura do estado mais uma vez atingiu o objetivo de poupadora de divisas ao país.

A triticultura também foi beneficiada pela sucessão com a cultura da soja, que já se encontrava em pleno crescimento. O regime de complementaridade, trigo no inverno, soja no verão, repercutiu em um uso intensivo da terra, na redução de ociosidade das máquinas e na utilização mais racional de adubos e fertilizantes.

“Ao longo dos anos 70, contudo, uma nova crise da triticultura foi manifestada, tanto pela redução da expansão da área cultivada quanto pela diminuição da quantidade produzida” (Ferrari Filho, 1990). As razões da nova crise podem ser resumidas nas quebras de safras devidas às adversidades climáticas e a queda do preço internacional das commodities.

**Tabela 5 – Evolução da lavoura do trigo no RS de 1950 a 1980**

ANO	ÁREA		PRODUÇÃO	
	BASE FIXA	BASE MÓVEL	BASE FIXA	BASE MÓVEL
1950	100	-	100	-
1960	208	208	153	153
1970	450	216	643	419
1975	429	95	450	70
1980	366	85	408	91

Fonte: Ferrari Filho (1990, p.35).

A tabela anterior mostra a evolução da lavoura tritícola rio-grandense, revelando os diferentes momentos pelos quais a cultura passou. Entre 1950 e 1960, o menor ganho no produto está associado ao crescimento da área de lavoura, havendo perdas de escala. Os ganhos de produtividade ocorrem no período de 1960 a 1970, que é quando, atingindo o seu ápice, a produção obtém um crescimento de 543% em comparação a 1950 e a área de cultivo cresce 350% sobre o mesmo ano. A década de 1970 não é boa para a cultura, conforme referido, e ela volta a se reduzir.



### 2.2.2.3 Lavoura da soja

A soja foi cultivada pela agricultura colonial no Rio Grande do Sul desde o início do século XX, servindo-se de insumo para a pecuária. Da década de 1960 em diante, com apoio na mecanização e utilização de técnicas modernas, a lavoura expandiu-se associada ao trigo, a partir do mencionado regime de complementaridade.

Com um crescimento muito expressivo tanto da produção, quanto da área cultivada, a soja assume a liderança no processo de acumulação da agricultura gaúcha, beneficiada pelo programa nacional de incentivo às exportações. Aqui, o caráter não era o de simples poupadora de divisas, mas sim de geradora efetiva, através da produção voltada ao mercado internacional. A capacidade exterior em absorver a produção da sojicultura, bem como preços favoráveis, foram outros fatores que acentuam a evolução do complexo.

A incorporação de novas áreas para o plantio, explicitada na tabela a seguir, ocasionou grandes transformações na agricultura gaúcha. Alterou-se a estrutura fundiária no estado, com tendências à concentração, e acentuou-se o processo de monocultura da produção no campo, com a grande importância da soja.

**Tabela 6 – Evolução da lavoura da soja no RS de 1960 a 1980**

ANO	ÁREA		PRODUÇÃO	
	BASE FIXA	BASE MÓVEL	BASE FIXA	BASE MÓVEL
1960	100	-	100	-
1970	570	570	618	618
1975	1.138	200	2.110	341
1980	1.420	125	2.739	130

Fonte: Ferrari Filho (1990, p.39).

Para todo o período em análise ocorre a expansão da lavoura. Enquanto a área de cultivo cresce 1320% de 1960 a 1980, a produção evolui 2639% nos mesmos 20 anos. A soja e seus derivados assim tornam-se os principais produtos exportáveis pela economia gaúcha.

### 3. ESTRUTURA DA ECONOMIA GAÚCHA NO PERÍODO 1950-1980

#### 3.1 EXCEDENTE AGRÍCOLA GAÚCHO

Assim como já exposto, a dinâmica da economia gaúcha fundou-se inicialmente na agropecuária, com posterior inserção de sua agroindústria. A possibilidade de expansão da produção primária a taxas superiores ao seu crescimento populacional criou condições para a geração de um excedente físico. Com uma maior inserção em outras economias, nacionais e internacionais, coube à atuação de grupos comerciais a transformação do excedente físico em capital monetário.

O desenvolvimento da agricultura rio-grandense pode ser entendido como resultado de transformações manifestadas no padrão nacional de acumulação de capital da economia brasileira<sup>4</sup>, em função da inserção periférica e subsidiária da economia gaúcha na economia nacional. Dessa forma, a geração do excedente agrícola gaúcho foi uma necessidade, a fim de suprir a demanda interna por bens de consumo e de, pelas exportações, gerar renda e divisas para as importações de capital.

Conforme Cano (1998), o estado apresentou excelente desempenho de longo prazo na produção física agropecuária. O autor comparou as médias quinquenais dos 22 principais produtos, de 1928/32 e de 1965/69, com o crescimento da população. Apenas cinco produtos, que representam em torno de 25% do valor da produção agropecuária, tiveram crescimento que não acompanhou a expansão da população total. Outros 25% cresceram a taxas superiores ao incremento da população total, que foi de 2,3% anual. E os demais, que representam cerca de 50% do valor da produção, entre os quais estão o arroz, a soja e o trigo “ultrapassaram o crescimento da população urbana (4,1% anual)”. A tabela seguinte apresenta o confronto entre o aumento

---

<sup>4</sup> De outra forma, também podemos destacar os movimentos internos da agricultura gaúcha. A flexibilidade na oferta manifestou-se devido à grande variedade de agentes; assim foram possíveis uma constante diversificação da produção e uma maior possibilidade de interação com os mercados nacionais.

demográfico e da produção das principais culturas estaduais e nacionais no período selecionado.

**Tabela 7 – Confronto relativo entre o incremento físico dos principais produtos selecionados e o demográfico entre 1928/32 e 1965/69**

PRINCIPAIS PRODUTOS	ÍNDICES QUALITATIVOS
Arroz	A
Banana	A
Batata Inglesa	B
Feijão	C
Laranja	B
Mandioca	B
Milho	C
Trigo	A
Abate de Bovinos	C
Efetivo de Suínos	B
Leite	B
Ovos de Galinha	B

Fonte: Cano (1998a, p.273).

Índices: quando a taxa de crescimento físico do produto for igual ou maior do que a população urbana: A; idem à da população total: B; quando for positiva, porém menor do que a da população total: C; quando for negativa: D.

Para maiores considerações acerca do estudo do autor, partimos da hipótese de que o consumo *per capita* dos itens alimentares no Rio Grande do Sul manteve-se no mesmo nível a partir de 1930. Não se torna difícil de aceitar que a urbanização pela qual passou o Brasil no período em questão não tendeu a aumentar o consumo *per capita* dos alimentos em estudo. Isso por si só já seria capaz de provar o aumento do excedente da produção agrícola, onde o total produzido no Rio Grande do Sul tendeu, historicamente, a crescer mais do que a capacidade de consumo de sua população.

Também salienta Cano (1998) que a participação do estado na renda interna agrícola do país pouco oscila nos anos analisados. A abordagem do confronto relativo entre o incremento dos principais produtos e o demográfico, contudo, foi realizada pelo autor sobre a produção física da agricultura e não sobre a renda monetária.

Apesar de ter reduzida a sua participação na agropecuária gaúcha no decorrer do período 1948-1975, de acordo com dados apresentados na tabela 2, o setor colonial manteve a importância, garantindo o excedente da produção rio-grandense nos períodos de crise da lavoura empresarial capitalista. A diversidade de produtos do segmento produtivo não-capitalista contribuiu para

o considerável suprimento interno de alimentos e de matérias-primas para a agroindústria no estado<sup>5</sup>.

O agricultor colonial gaúcho não se regeu, todavia, pelas leis de mercado; além de sua subsistência, visou apenas ao lucro mercantil na comercialização de seu excedente. Dessa forma, permitiu-se remunerar por preços que não consideravam a sua própria força de trabalho, reduzindo o valor dos alimentos e das matérias-primas ao setor secundário.

Mas o maior dinamismo deveu-se à lavoura empresarial, em decorrência de sua maior mecanização e de consecutivos ganhos de produtividade. Logo, através da introdução de tecnologia na agricultura, aumentou-se o excedente primário gaúcho, com importante repercussão nos setores urbanos da economia nacional. Além de liberar mão-de-obra rural para a cidade, os ganhos produtivos permitiram a oferta de alimentos a preços mais baixos. Os dois fatores colaboraram para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho.

Dessa maneira, diante do aumento do contingente populacional urbano brasileiro e da sua demanda por matérias-primas e alimentos, foi o setor empresarial que pôde responder de forma mais adequada, através da expansão de oferta de gêneros primários. Conforme FEE (1982), o excedente agrícola da lavoura capitalista permitiu à agricultura do Rio Grande do Sul “uma nova forma de se articular ao centro hegemônico nacional”.

Em outras palavras, podemos dizer que a capacidade da lavoura capitalista gaúcha em atender aos estímulos da demanda nacional possibilitou uma maior interação da economia estadual com os mercados, em suma, do sudeste brasileiro. O direcionamento do excedente primário rio-grandense para as demais regiões do país foi crescente, conforme sugerem as tabelas 11 e 12,

---

<sup>5</sup> Entre os produtos alimentares de maior participação na produção colonial estadual podem ser destacados milho, feijão, mandioca, batata-doce, batata-inglesa e ovos; entre os insumos para a indústria, uva, fumo e leite.

apresentando a tendência ao aumento das exportações, principalmente para o sudeste<sup>6</sup>.

Como medida de desempenho para os anos compreendidos entre 1960 e 1980, na tabela seguinte Accurso (1988) detém-se na produção física das principais lavouras cultivadas no Brasil e compara os dados gaúchos com os paranaenses<sup>7</sup> e os nacionais. No período, o Rio Grande do Sul apresenta uma evolução acima da média brasileira, porém abaixo da evolução do Paraná, devido à maior disponibilidade de novas terras cultiváveis nesta outra unidade federativa, segundo o citado autor. A evolução da participação gaúcha na produção nacional das culturas selecionadas é satisfatória, pois passa de 20,1% em 1960 para 26,9% em 1980.

**Tabela 8 – Produção das principais lavouras temporárias - preço médio no triênio 1965-67, em Cz\$**

	ANOS	ARROZ	MILHO	SOJA	TRIGO	MANDIOCA
Rio Grande do Sul	1960	850.120	1.709.867	191.503	381.759	3.107.600
	1970	1.383.516	2.230.302	1.295.149	1.599.067	2.392.488
	1975	1.876.215	2.155.592	4.419.465	1.120.144	1.235.053
	1980	2.249.425	2.435.320	5.103.538	934.626	1.285.516
Paraná	1960	171.382	1.474.493	3.547	58.628	631.354
	1970	375.605	3.426.389	411.642	205.359	1.024.516
	1975	691.528	3.429.737	3.103.049	380.600	346.697
	1980	235.159	3.908.144	4.408.495	1.231.077	684.766
Brasil	1960	4.794.810	8.671.952	205.744	713.124	17.613.213
	1970	7.553.083	14.216.009	1.508.540	1.844.263	29.464.275
	1975	7.548.930	14.343.556	8.721.274	1.562.819	11.672.739
	1980	8.086.747	15.722.581	12.757.962	2.411.724	11.050.601

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário (1960, 1970, 1975 e 1980), apud Accurso (1988, p.86).

Como a fronteira agrícola gaúcha encontrou-se em vias de esgotamento já a partir do final da década de 1960, o aumento da produção primária dependeu de alterações na composição dos fatores terra, capital e trabalho<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Nos anos compreendidos entre 1959 e 1969, segundo dados apresentados por Leite (1985), o aumento no superávit comercial do Rio Grande do Sul deveu-se em maior parte ao bom desempenho de gêneros alimentícios e de animais vivos e matérias-primas. Ainda que ambos os grupos tenham sofrido acréscimos nas importações, esses foram proporcionalmente inferiores aos obtidos pelas exportações. Isso reforça a ideia de que houve um excedente agrícola crescente no estado durante o período.

<sup>7</sup> Accurso justifica a escolha do estado do Paraná para comparação com o Rio Grande do Sul por razões de semelhança climática, aptidão do solo e estrutura fundiária.

<sup>8</sup> Os dados acerca das alterações nos fatores de produção da agricultura gaúcha no período entre 1960 e 1980 encontram-se no anexo estatístico.

Quanto à área cultivada, as variações mais significativas ocorreram entre os setores, onde a pecuária extensiva e a colônia cederam terras à agricultura empresarial a partir da década de 1970. Com relação à acumulação de capital, durante todo o período 1960-1980 ela ocorreu a taxas positivas na agricultura gaúcha, em grau superior na mecanização da lavoura capitalista; uma maior utilização de insumos também contribuiu para o incremento da produção de gêneros primários. O pessoal ocupado na agricultura cresceu até 1975, porém seu número absoluto reduziu nos anos entre 1975 e 1980, em decorrência da acumulação de capital no setor e da substituição da mão-de-obra.

Dessa forma, a agropecuária gaúcha articulou-se para a permanente ampliação de um excedente de alimentos e matérias-primas, aumentando a sua participação na produção setorial nacional.

### 3.2 RELAÇÃO COMERCIAL EXTERIOR DO RS

Amplamente baseado na produção agrícola, a forma de desenvolvimento do Rio Grande do Sul ligou-se intimamente aos mercados forâneos, paralelamente à importância de seu mercado interno. Tomado como parte, contudo, o desenvolvimento industrial teve como característica mais marcante o incremento de uma produção voltada à expansão do mercado interno. Isso se deu tendo como objeto a substituição de importações de manufaturados tradicionais, o que exigiu pequeno aporte de capital, através da “[...] importação de tecnologia obsoleta existente nos países mais industrializados”, (Reichel, 1979). Mas, como essa mesma indústria manufatureira estava fortemente ligada às necessidades de matérias-primas, equipamentos e demais insumos da agropecuária gaúcha, e o setor agropecuário dependeu do estímulo externo, foi a relação com outras economias uma importante variável dinâmica de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

O grau de abertura da economia gaúcha, já nos anos 1950, evidenciava que o mercado interno não era suficiente tanto para absorver toda a produção

quanto para suprir essa mesma cadeia produtiva. Através de uma intensa relação com outras economias nacionais e estrangeiras, o estado buscou equacionar as diferenças de suas estruturas de produção e de oferta. De outra forma, pode-se dizer que boa parte dos meios de produção era proveniente de fora do estado, assim como grande parte da produção gerada era direcionada aos mercados externos.

Como pode ser visto na tabela seguinte, evidenciam-se tais condições para as transações estrangeiras. O *superávit* comercial gerado pelo estado mantém uma tendência de alta, sobretudo até o ano de 1977. Desse modo, a participação percentual das exportações rio-grandenses sobre as nacionais, expressa pela coluna E, ganha em importância no período em análise, passando de 6,59% em 1967 para atingir o seu pico de 14,44% em 1976.

**Tabela 9 – Comparação entre as exportações e importações brasileiras e gaúchas - em US\$ milhões.**

ANOS	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL		A/C % (E)	B/D % (F)	E/F (G)
	EXPORT. (A)	IMPORT. (B)	EXPORT. (C)	IMPORT. (D)			
1967	109	91	1.654	1.441	6,59	6,32	1,04
1968	136	120	1.881	1.855	7,23	6,46	1,12
1969	202	163	2.311	1.993	8,74	8,18	1,07
1970	207	238	2.739	2.507	7,56	9,49	0,80
1971	306	301	2.904	3.250	10,54	9,26	1,14
1972	451	443	3.991	4.235	11,30	10,46	1,08
1973	876	505	6.199	6.192	14,13	8,16	1,73
1974	882	925	7.951	12.641	11,09	7,32	1,51
1975	1.195	772	8.670	12.210	13,78	6,32	2,18
1976	1.463	794	10.128	12.383	14,44	6,41	2,25
1977	1.715	885	12.120	12.023	14,15	7,36	1,92
1978	1.642	1.149	12.659	13.683	12,97	8,39	1,54
1979	1.603	1.542	15.244	17.961	10,52	8,59	1,22
1980	2.090	1.749	20.132	22.962	10,38	7,62	1,36

Fonte: Banco Central do Brasil, FEE, apud Schneider (1992, p.145).

Ainda no ano de menor participação na exportação nacional, em 1967, o valor é mais significativo do que a relação importações gaúchas/importações brasileiras. Com exceção do ano de 1970, as exportações estaduais sobre as nacionais são sempre superiores à presença das importações gaúchas sobre o total de importações do país, relação explicitada pela coluna G. Tais dados nos trazem o caráter gerador de divisas mantido pela economia gaúcha durante o período em análise.

Contudo, segundo números apresentados por Leite (1985), foi a via interestadual de comércio que apresentou maior relevância para o Rio Grande do Sul. Do total das exportações gaúchas, para os anos em análise entre 1949 e 1979, os outros estados brasileiros sempre tiveram uma participação superior aos 70%, com menor relevância percentual da via exterior. De qualquer modo, ambos os destinos comerciais acumulam importância no período, pois além do *superávit* com o exterior salienta a geração de divisas da economia gaúcha, o saldo positivo com outras unidades federativas apresenta o seu caráter poupador de divisas e fornecedor de gêneros primários.

**Tabela 10 – Comércio global do Rio Grande do Sul (interestadual e exterior) - valor a preços constantes em Cr\$ 1.000,00 (base 1965-67=100)**

ANOS	COMÉRCIO INTERESTADUAL		COMÉRCIO EXTERIOR		COMÉRCIO GLOBAL (2)
	(1)	(2)	(1)	(2)	
1949					
Exportação	82	495.209	18	104.689	599.898
Importação	73	349.948	27	127.217	477.165
Saldo		145.261		-22.528	122.733
1959					
Exportação	86	800.350	14	126.264	926.614
Importação	79	699.825	21	185.973	885.798
Saldo		100.525		-59.709	40.816
1969					
Exportação	77	1.351.091	23	406.339	1.757.430
Importação	75	1.135.714	25	383.993	1.519.707
Saldo		215.377		22.346	237.723
1975					
Exportação	72	4.407.101	28	1.675.381	6.082.482
Importação	80	4.372.416	20	1.108.244	5.480.660
Saldo		34.685		567.137	601.822
1979					
Exportação	77	5.991.422	23	1.743.727	7.735.149
Importação	81	6.275.979	19	1.490.530	7.766.609
Saldo		-284.557		253.197	-31.460

Fonte: Leite (1985, p.95).

Deflator utilizado pela fonte: índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas.

(1) Participação relativa de cada via de comércio no total global da exportação e da importação.

Da mesma forma, as importações gaúchas tiveram como parceiros comerciais de maior participação os outros estados. Esse índice tendeu a aumentar de 1949 a 1979, chegando a 81%. Percebe-se também que os valores para as duas vias de comércio, de importação e de exportação, crescem significativamente no período, gerando um saldo crescente até 1975. O ano de 1979 é a exceção, com o único *déficit* comercial no período.



De todas as regiões brasileiras, o Rio Grande do Sul apresentou uma relação comercial mais intensa com o sudeste. O fato de esse ser o maior centro da economia nacional fez com que ele exigisse para a sua cadeia produtiva uma grande quantidade de insumos vindos de fora, que foram atendidos pelos excedentes gaúchos. A complementaridade entre as duas regiões também incrementou o volume das importações rio-grandenses, mantendo a economia gaúcha deficitária com o sudeste durante os anos de 1959 a 1969. Conforme os números abaixo expostos nos revelam, o mesmo não aconteceu com as demais regiões, o que contribuiu para que o saldo geral de comércio do Rio Grande do Sul sempre fosse positivo no período.

**Tabela 11 – Comércio global do Rio Grande do Sul segundo as regiões do Brasil e do exterior - preço constante (base 1965-67 = 100)**

DISCRIMINAÇÃO	1959	1961	1969
Região Norte/Nordeste/Centro-Oeste			
Exportação	115.291	119.341	149.607
Importação	42.724	44.812	30.077
Saldo	72.567	74.529	119.530
Região Sudeste			
Exportação	558.755	677.275	854.927
Importação	597.626	753.594	909.324
Saldo	-38.871	-76.319	-54.397
Região Sul			
Exportação	126.304	167.626	346.557
Importação	59.475	77.000	196.313
Saldo	66.826	90.626	150.244
Exterior			
Exportação	126.264	203.286	406.339
Importação	185.973	184.890	383.993
Saldo	-59.709	18.396	22.346
Total Geral			
Exportação	926.614	1.175.176	1.757.430
Importação	885.798	1.060.637	1.519.707
Saldo	40.816	114.539	237.723
Erros	-	7.307	-

Fonte: Leite (1985, p.93).

Valores em Cr\$ 1.000,00.

Quanto às classes de mercadorias envolvidas nas trocas do Rio Grande do Sul, as que apresentaram maior peso na exportação estadual foram aquelas formadas pela sua produção agropecuária. Os itens gêneros alimentícios e animais vivos e matérias-primas compuseram as sobras agrícolas gaúchas e, dessa maneira, a sua exportação pôde crescer mais do que proporcionalmente que a sua importação, gerando um crescente *superávit* no período entre 1959 e 1969.

De forma contrária, os produtos que compõem os grupos dos bens duráveis e de capital acentuaram o seu saldo negativo no comércio gaúcho. A fim de equacionar a sua estrutura de produção, o estado buscou suprir seus meios produtivos, como máquinas e veículos, através da importação de outros mercados. A tabela 12 traz os dados referentes ao comércio rio-grandense em anos escolhidos dentro do período 1959-1969 com ênfase nas classes de mercadorias.

**Tabela 12 – Comércio global do Rio Grande do Sul por classes de mercadorias - preço constante (base 1965-67 = 100)**

DISCRIMINAÇÃO	1959	1961	1969
Animais vivos e matérias-primas			
Exportação	231.849	307.154	431.807
Importação	126.498	198.143	261.891
Saldo	105.351	109.011	169.916
Gêneros alimentícios			
Exportação	462.558	522.847	629.933
Importação	136.226	188.022	177.217
Saldo	326.342	334.825	452.716
Produtos químicos e farmacêuticos			
Exportação	16.889	19.604	45.334
Importação	98.988	94.594	215.949
Saldo	-82.099	-74.990	-170.615
Máquinas e veículos			
Exportação	49.321	85.770	149.776
Importação	141.071	133.285	301.003
Saldo	-91.749	-47.515	-151.227
Manufaturas e artigos manufaturados			
Exportação	148.886	228.384	468.743
Importação	381.555	444.066	560.861
Saldo	-232.669	-215.682	-92.118
Transações especiais			
Exportação	17.103	11.417	31.838
Importação	1.459	2.528	2.787
Saldo	15.644	8.889	29.051
Total Geral			
Exportação	926.614	1.175.176	1.757.430
Importação	885.798	1.060.637	1.519.707
Saldo	40.816	114.539	237.723

Fonte: Leite (1985, p.92).  
Valores em Cr\$ 1.000,00.

A relação comercial com outras áreas, principalmente por meio do direcionamento do excedente do setor primário, assim apresentou-se como um grande estímulo de crescimento econômico para o Rio Grande do Sul. Essa foi uma das mais importantes variáveis dinâmicas da economia gaúcha, capaz de impulsionar o nível de renda e, da maneira como se deu, acabou por gerar uma

forte articulação do desenvolvimento interno estadual com os incentivos externos.

### 3.3 PARTICIPAÇÃO GAÚCHA NA INDÚSTRIA NACIONAL

Em 1959, a participação da indústria de transformação no produto interno líquido do Rio Grande do Sul equivalia a 16,6%, sendo bastante inferior à contribuição de 35,6% do setor primário<sup>9</sup>. Indica-se, logo, que a economia do Rio Grande do Sul ainda mantinha um forte predomínio agrícola. Os dados também mostram que o Brasil já passava nesta época por profundas transformações em sua economia. A indústria nacional, refletindo os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, rerepresentava 25,2% do produto interno líquido, ultrapassando a participação da agricultura, de 22,5%.

No ano de 1980, após um período de grande expansão, o grau de industrialização brasileiro alcança 34,0%, demarcando a característica de economia industrial, pois a agricultura participava com 13,0% do produto. Neste mesmo ano, a indústria do Rio Grande do Sul atinge um percentual de 24,3% da economia. Apesar de ter rompido com a tradição predominantemente agrícola, pois em 1980 a contribuição da agricultura representava 17,9% do produto, a participação industrial no estado ainda manteve algum atraso frente à estrutura média nacional.

A tabela 13 apresenta a evolução da participação percentual do Rio Grande do Sul sobre o produto industrial brasileiro para o período 1959-1980. No total da indústria de transformação, as variações parciais são pequenas, ou seja, o crescimento do agregado em números absolutos no estado parece não ficar distante do nacional em nenhum momento. Assim, no final da série, a participação gaúcha fica a uma distância superior ínfima em comparação ao primeiro ano analisado.

---

<sup>9</sup> Dados extraídos de Accurso (1989).

**Tabela 13 – Evolução da participação do Rio Grande do Sul no valor da transformação industrial brasileira, por categorias de uso, de 1959 a 80**

BENS	1959	1970	1975	1980
Duráveis	6,72	4,45	4,10	5,41
Não-Duráveis	9,30	8,26	8,56	9,74
Capital	2,36	5,52	7,13	5,84
Intermediários	5,40	6,04	7,19	6,34
Indústria de Transformação	7,16	6,77	7,34	7,20

Fonte: Accurso (1989), cálculos do autor.

Dessa maneira, durante o período compreendido entre os anos de 1959 e 1980, o percentual de participação do produto industrial gaúcho no brasileiro sofre pequenas oscilações para, no último ano em estudo, voltar a um índice praticamente igual ao de 21 anos antes. Analisando os dados apresentados na mesma tabela, para a contribuição estadual nas atividades econômicas da indústria de transformação por suas categorias de uso, os números igualmente não são capazes de expressar uma tendência de longo prazo<sup>10</sup>.

A indústria gaúcha encontrava-se, contudo, no início do período em análise, baseada em maior escala na produção de bens de consumo não duráveis. Accurso (1989) utiliza-se do valor de produção para afirmar que enquanto no Rio Grande do Sul 2/3 eram representados pelos não-duráveis, “no Brasil como um todo, a produção dessa categoria já se reduzira para cerca de metade do total da indústria de transformação, afastando-se da proporção de 2/3 que também apresentara, 10 anos antes”.

As profundas transformações pelas quais passa o setor secundário brasileiro entre 1959 e 1980 expressam-se, sobremaneira, através da própria evolução de suas categorias de uso, onde se revela um maior crescimento do setor de bens de capital. Para a indústria gaúcha, o período é de mudança do ponto de vista estrutural, pois em 1959 sua composição caracterizava uma “economia de baixo nível de renda, associada, via de regra, a estágios primitivos de desenvolvimento”, de acordo com Accurso (1989).

<sup>10</sup> Embora o estado mais do que dobre a sua participação sobre os bens de capital, deve-se considerar que, em 1959, de toda a produção nacional apenas 2,36% eram gaúchos. Assim, esse crescimento parece estar ligado à própria articulação da economia estadual com os demais mercados do país, sem necessariamente expressar um esforço nesse segmento específico. Nas demais categorias, o comportamento também é errático, com intercalação de ganhos e perdas na participação conforme cada sub-período em análise.

Desse modo, principalmente entre 1970 e 1975, o estado consegue obter uma vantagem em comparação ao país na evolução dos setores mais tecnológicos de sua indústria, quais sejam de bens duráveis e de bens de capital. Na época do milagre econômico brasileiro, o próprio valor total da transformação industrial no estado logra atingir alguma vantagem mais expressiva sobre a média nacional.

A variação de 1959 a 1980, contudo, não é capaz de mostrar, mais uma vez, diferença significativa nos números, pois o Rio Grande do Sul apresenta um crescimento médio anual muito semelhante ao agregado do Brasil. Isso é evidenciado pela tabela seguinte, que mostra as taxas médias anuais de crescimento do valor da transformação industrial por sub-períodos.

**Tabela 14 – Taxas médias anuais de crescimento do valor da transformação industrial, por categorias de uso, da indústria do Brasil e do Rio Grande do Sul – 1959-80**

BENS	1959-70		1970-75		1975-80		1959-80	
	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS
Duráveis	10,71	6,38	11,50	17,86	9,37	9,49	10,58	9,76
Não-Duráveis	6,41	4,80	12,15	14,82	6,00	9,86	7,65	8,31
Capital	8,33	16,27	25,32	33,88	8,95	3,72	12,31	17,02
Intermediários	7,45	7,24	19,11	23,48	9,35	6,52	10,59	10,72
Indústria de Transformação	7,42	6,49	16,65	20,71	8,25	7,56	9,75	9,98

Fonte: IBGE, Censos Industriais, apud Accurso (1989, p. 49).

Um comparativo do desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Sul com o obtido pelas unidades federativas que atingiram um estágio de industrialização mais avançado, permite encontrar algumas diferenças mais significativas. Nas análises anteriores, quando tomamos como parâmetro o agregado de todas as regiões na indústria nacional, não se tornou possível fazer mais clara a concentração do processo de industrialização.

Levando-se em consideração que foi a indústria de bens duráveis que garantiu maior ritmo no processo de industrialização nacional, é possível perceber algumas diferenças do segmento no Rio Grande do Sul. Ainda que os bens duráveis tenham experimentado uma importante expansão na contribuição sobre a indústria estadual, sua contribuição no final do período analisado não se mostra semelhante à participação do mesmo segmento sobre a indústria do estado de São Paulo. Também foi mantida alguma distância com o estado da Guanabara.

A composição da indústria de transformação rio-grandense, durante os anos de 1949 a 1970, assemelha-se à nacional quando excluído o estado de São Paulo. Dessa forma, é observada a redução da participação dos bens de consumo não duráveis, mas que em 1970 ainda representam quase metade do valor de transformação industrial. O nível de crescimento dos bens intermediários e dos bens de consumo duráveis também ocorre em paralelo entre o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil excluído São Paulo.

A proporção da contribuição de cada um dos três segmentos na indústria de São Paulo em 1970 é próxima de 1/3, distante da composição gaúcha<sup>11</sup>. A tabela 15 apresenta essa evolução da estrutura industrial para regiões selecionadas.

**Tabela 15 – Indústria de transformação: estrutura industrial da região por grupos de indústrias segundo o valor de transformação industrial**

Região	Grupo I: indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis			Grupo II: indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários			Grupo III: indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo durável		
	1949	1959	1970	1949	1959	1970	1949	1959	1970
MG	62,75	47,50	36,82	35,28	48,58	53,12	1,97	3,92	10,06
RJ	49,38	30,95	26,80	43,57	60,60	56,87	7,05	8,05	16,33
GB	68,42	57,25	51,32	23,91	30,15	28,39	7,67	12,61	20,69
SP	55,51	39,63	36,83	33,68	35,60	33,88	10,81	24,77	29,29
RS	64,34	57,21	47,85	31,73	36,12	36,54	3,93	6,66	15,61
BR-SP	65,68	52,19	45,31	29,83	41,02	41,52	4,49	6,78	13,17
BRASIL	60,71	45,21	40,38	31,71	38,01	37,07	7,58	16,78	22,55

Fonte: IBGE, Censo Industrial (vários anos), apud Cano (1998, p.95).

### 3.4 PRODUÇÃO INDUSTRIAL GAÚCHA POR SETORES

Mesmo tendo havido um relativo paralelismo da evolução e das taxas de crescimento da indústria de transformação verificadas entre o estado e o país, guardaram-se algumas características peculiares e certas defasagens, que se manifestam em uma análise mais minuciosa. Elas são apresentadas através

<sup>11</sup> Para Bandeira e Gründling (1988), seria exagerado afirmar que as diferenças entre os perfis regionais dos estados tornam-se suficientes para caracterizar a “divisão regional do trabalho” na indústria brasileira. Os autores afirmam que a agregação dos grupos é precária e o fenômeno é complexo para uma “mera comparação entre as participações dos vários segmentos nos perfis das indústrias regionais”.

das diferenças de ritmos de crescimento de certos gêneros em determinados períodos.

A composição interna dos setores revela diferenças quando comparamos a indústria gaúcha com a brasileira nos anos entre 1950 e 1980. Segundo Accurso (1989), os bens de capital, por exemplo, no estado mantiveram-se centrados em dois gêneros: máquinas e implementos agrícolas e implementos para o transporte rodoviário. Tal disposição ficou bem distante da diversificada linha de produtos que já então se observava em nível nacional. Com referência à indústria de bens de consumo duráveis no Rio Grande do Sul, destacou-se no período a produção de artigos de cutelaria e de mobiliário, ao passo que o Brasil contava à época com um importante parque de produção de automóveis e de eletrodomésticos.

Assim, um dado segmento de bens no estado pôde apresentar diferente composição da estrutura média nacional desse mesmo segmento. A desigualdade fez-se mais visível nos bens de consumo duráveis e de capital, devido às particularidades apresentadas no processo de industrialização de cada região.

Outra abordagem é proporcionada por Bandeira e Gründling (1988)<sup>12</sup>, onde foi analisado o desempenho de diversos gêneros industriais entre 1970 e 1980. Selecionando-se apenas os pertencentes ao grupo dos bens de consumo duráveis e de capital, em três deles o Rio Grande do Sul obteve um crescimento superior à média nacional: nas indústrias mecânica, do mobiliário e de material de transporte. Nos subgêneros da indústria mecânica, a participação estadual foi mais expressiva na fabricação de máquinas e materiais para a agricultura, de armas, munições e equipamentos militares e de

---

<sup>12</sup> Em um dos estudos disponíveis mais valiosos e completos sobre as diferenças interestaduais de crescimento industrial, os autores definiram categorias para comparar o desempenho por gêneros da indústria gaúcha. Para a classificação foram utilizadas como critério as taxas de crescimento do valor de produção de cada gênero no estado, comparando aos termos nacionais do mesmo segmento. Outro critério foi a participação do Rio Grande do Sul em nível nacional no gênero em consideração, com base nos dados do ano de 1975. Se essa participação fosse mais alta do que no agregado da indústria, identificar-se-ia um “quociente locacional superior à unidade”, com alguma especialização relativa do estado na produção desse gênero. Pedro Bandeira e Nilton Gründling salientam, contudo, a limitação de análise deste último instrumento.

montagem de tratores e de máquinas e aparelhos para terraplanagem. Nos materiais para transporte o melhor desempenho estadual foi na fabricação de cabines e carroçarias para veículos automotores. O crescimento estadual foi menor do que no conjunto do país nos gêneros de diversas e de material elétrico e comunicações.

Utilizando-se do outro critério definido por Pedro Bandeira e Nilton Gründling, o estado apresentou especialização relativa em quatro gêneros de bens não-duráveis (vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas e fumo), três de bens intermediários (couros e peles, madeira e química) e dois de bens duráveis e de capital (mecânica e mobiliário). Não houve especialização relativa respectivamente nos gêneros: farmacêuticos e veterinários, perfumaria, têxtil e editorial e gráfica; papel e papelão, borracha, matérias plásticas, metalúrgico e transformação de minerais não-metálicos; material de transporte, material elétrico e diversas.

Os autores também realizaram comparações com o desempenho de outras unidades federativas. A indústria gaúcha, relativamente à paulista, em termos do valor da produção caracterizou-se pela maior participação do grupo dos gêneros predominantemente produtores de bens de consumo não-duráveis e menor no grupo dos bens duráveis e de capital, sendo aproximadas nos bens intermediários. A diferença entre os perfis refletiu “as consequências da tendência à concentração espacial que acompanhou o processo de industrialização do país do início do século até o início da década de 70”.

Em comparação com a indústria do Rio de Janeiro, a do Rio Grande do Sul logrou um crescimento superior em todos os gêneros, com uma única exceção (diversas). Assim, na agregação dos gêneros, em todos os grupos a indústria gaúcha apresentou melhor desempenho, com maiores taxas no grupo dos bens não-duráveis, seguido dos intermediários e, por último, dos duráveis e de capital. Relativamente ao parque industrial de Minas Gerais, o gaúcho somente apresentou maior crescimento nos gêneros de couros e peles, borracha, metalúrgico e mobiliário. Nos agregados, porém, a indústria mineira apenas teve melhor comportamento, e por larga margem, nos bens de capital e de consumo duráveis.



No confronto com a indústria localizada no conjunto das demais unidades federativas do Brasil, a gaúcha somente teve aumento superior no valor da produção nos gêneros farmacêuticos e veterinários, borrachas, matérias plásticas e mobiliário. Em nível de grupos, as taxas foram sempre favoráveis aos outros estados, com margem mais significativa nos bens duráveis e de capital.

## 4. RS E BRASIL: TRAJETÓRIAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO

### 4.1 TIPO DE INDUSTRIALIZAÇÃO PRETENDIDO NO RIO GRANDE DO SUL

O processo de industrialização pelo qual passou o Brasil durante o período compreendido entre fins da década de 1950 e início de 1960 suscitou uma intensa discussão no meio econômico-político gaúcho. Após a Segunda Guerra Mundial, de forma concomitante à abertura democrática no Brasil, o prosseguimento da industrialização no Rio Grande do Sul tornou-se questão central do debate, pois se revelavam diferenças importantes entre o estado e a região centro-sul do país, onde vinham sendo implantados os blocos industriais básicos, correspondendo à maneira oligopólica de atuação do capital industrial. A explicação encontrada para a exclusão gaúcha é que aqui não se disporia de estruturas materiais, geográficas e políticas suficientes para a instalação um polo industrial de vulto.

Para Müller (1979), é o momento em que as elites agropecuária, industrial e mercantil articulam-se em nível nacional. Acontece, dessa forma, a fusão das classes dominantes do estado com as do centro-sul e do restante do país. A partir daí, no Rio Grande do Sul, é a cisão dos ideais de desenvolvimento econômico em dois grandes blocos que irá pautar a discussão política.

Nenhum desses grupos negou o papel industrializante do Estado, ou seja, houve consenso que o incentivo estatal seria fundamental ao processo. Ambos os grupos elaboraram análises a propósito da situação econômica nacional e estadual, bem como de seus inibidores internos e externos. Porém, chegaram a conclusões distintas sobre como desenvolver a nossa economia em função da industrialização. E tais blocos estiveram ligados às duas maiores organizações partidárias da época, o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro, conforme será exposto logo adiante.

#### **4.1.1 Industrialização através de matérias-primas regionais**

Tendo até então o Rio Grande do Sul desempenhado um papel periférico na economia brasileira, a atuação principal que lhe vinha cabendo era a de fornecer alimentos e matérias-primas básicas excedentes para a indústria do eixo em expansão no centro do país. Como a industrialização no estado também se centrava na exploração dos mesmos componentes agropecuários, salientou-se o mercado regional, cuja caracterização vigente é a de que seria pequeno para impulsão de um desenvolvimento diferenciado no setor industrial.

Um segundo problema foi a centralização político-administrativa nacional, em torno dos mesmos estados do centro-sul, que excluiu a participação das forças gaúchas no processo decisório a respeito da forma pela qual se processava a industrialização no país. E a distância geográfica somente vinha a acentuar as distorções existentes entre as unidades federativas do eixo industrial e o sulino.

Como não havia respostas para a criação de mecanismos capazes de reduzir as desigualdades na industrialização, aumentando o mercado gaúcho e fortalecendo a indústria em atividade, a alternativa ideológica que restou para uma parte das forças políticas do estado foi a intensificação da industrialização de matérias-primas regionais. Eram pressupostos para o pretendido modelo de desenvolvimento as formas de organização do trabalho social através do capitalismo associado ao capital estrangeiro.

Essa corrente encontrou forte sustentação dentro do Partido Social Democrático - PSD. Não obstante, um segmento do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, liderado por Alberto Pasqualini, também aderiu à causa, após divergências com o outro líder petebista, Leonel Brizola.

Eleito governador do Rio Grande do Sul em 1947 pelo PSD, Walter Jobim busca a dinamização do mercado interno gaúcho através de três formas diferentes. São elas enumeradas por Müller (1979):

Uma, na necessidade de modernização e ampliação dos serviços de infra-estrutura (transportes, comunicação e energia elétrica); outra, no controle sobre o êxodo rural; por fim, no papel do Estado na economia, frente à liberdade de iniciativa privada, e na atuação dos partidos políticos, frente aos possíveis históricos de organização do trabalho social.

Em sua Mensagem de 1948, Jobim conclui pela necessidade de “uma ação total por parte das forças vivas do RS”. A fragilidade do mercado interno estaria associada à instabilidade e incerteza do trabalho rural, que ocasionavam excedentes populacionais sem acesso a energia, transporte e educação profissional.

Apesar da manifesta pressão exercida pelo campo, o núcleo da preocupação já é a indústria, devendo essa ser impulsionada para o avanço do capitalismo, pois a dinamização do mercado interno não poderia ser conduzida de forma dispersa. E, para atingir os objetivos, Jobim excluiu os empecilhos à participação do capital estrangeiro no processo. A sua utilização não foi percebida como incompatibilidade à independência econômica porque o movimento do capital deveria ser marcado pelas pretensões gaúchas de desenvolvimento.

A visão da fração industrial, prontamente amparada por algumas autoridades governamentais do momento, sobre o problema que converteu o estado em sócio menor da industrialização em andamento no país é a de que o atraso estava sendo gerado por uma deficiência de energia elétrica. Os outros inibidores internos, para o governo Jobim, haviam sido assim definidos como ligados a pressões populares por emprego e um melhor padrão de vida, nos meios rural e urbano.

Pois, diagnosticados os limitadores, a classe dominante gaúcha, representada pelos setores político e econômico, tratou de levar adiante o desenvolvimento orgânico do estado, buscando corrigir os problemas através da modernização dos transportes, com ênfase ao rodoviário, e da expansão da eletrificação, urbana e rural. É Müller (1979) que nos traz o entendimento dessa corrente, com pensamento alicerçado basicamente na industrialização regional: “A carência de energia e de transportes mostra-se, assim, parcela de uma

gama de inibidores internos. [...] Mas, que poderá ser evitada mediante o fomento do mercado interno rio-grandense”.

#### **4.1.2 Industrialização através de um polo industrial**

Tanta importância teve o discurso sobre o modelo de industrialização a ser seguido, que o confronto ideológico surgiu dentro das fileiras de um mesmo partido, o PTB. O diagnóstico feito por Leonel Brizola foi incompatível com o realizado por Alberto Pasqualini. Enquanto o último aderiu à causa prioritária de valorização das matérias-primas regionais, o primeiro, frente ao papel periférico que vinha sendo desempenhado pelo RS na economia e na política brasileiras, defendeu a criação, no mais curto prazo possível, de um pólo industrial no estado. O pólo seria o grande fator dinamizador da economia, através da produção de bens de capital e insumos industriais.

Para essa corrente, não se tratava de descuidar da produção agropecuária estadual ou mesmo do seu aproveitamento e da sua valorização; a questão agrária era presente, mas não central. Uma vez mais, Müller (1979) nos fornece sua síntese:

A questão central emerge quando a prioridade de industrialização é dada à criação de um polo industrial, como forma de se resolverem os problemas produzidos pela exploração intensiva do modelo histórico gaúcho, quais sejam, intensa urbanização com suas mazelas econômicas e sociais, crescimento do desemprego no meio rural e no meio urbano, falta de infra-estrutura para a maioria da população, rápida instalação de infra-estrutura econômica (armazéns, comunicações e transportes).

Também foi pré-requisito para o grupo de Leonel Brizola a adesão ao capitalismo autônomo, baseado nos interesses nacionalistas de desenvolvimento fundado no poder econômico do Estado e do empresariado nacional. A posição fica clara quando Brizola, já governador eleito, busca a expansão do capital privado gaúcho através da integração com as classes trabalhadoras, gerando maior qualidade de vida através de sua inserção no mercado de consumo.

Assim expôs-se a contradição entre Estado e capital estrangeiro, pois este não seria capaz de resolver os problemas sociais. Aqui houve a grande incompatibilidade com os ideários do PSD e da ala petebista conservadora de Pasqualini, que admitiam a participação do capital estrangeiro.

A diferença entre os partidos ainda se mostrou evidente na medida em que o posicionamento da ala trabalhista mais radical do PTB esteve alinhado às massas. Os trabalhadores deveriam ser chamados ao processo, numa forma de “capitalismo solidarista”. A integração da classe não foi aceita pelas elites alinhadas ao PSD, pois, aqui, o governo atuaria sobre as forças produtivas e sobre as pessoas.

A execução das pretensões de Brizola, que assumira o governo estadual em 1959, ganha força a partir daí, através de um plano industrializante fundado na associação entre Estado e capital privado nacional. A estratégia consistiu na elaboração de uma grande infra-estrutura, com a participação de empresas de ponta.

É o período em que foi criada a Aços Finos Piratini, com 51% do capital pertencente ao Estado, a fim de praticar a exploração comercial e industrial de usinas siderúrgicas, privilegiando o carvão rio-grandense. Também é quando foram constituídos o BRDE, a Cia. Rio-Grandense de Telecomunicações, majoritariamente estatal, e quando realizada subscrição de capital da empresa Construções Eletromecânicas SA, para a fabricação de material pesado.

O entendimento foi de que o Estado deveria participar como impulsionador das atividades particulares. A iniciativa privada não teve condições de gerir sua expansão, dados os requerimentos exigidos. E a intervenção estatal foi além da coordenação do processo, atuando como o próprio empreendedor. A tentativa da industrialização intensiva foi uma disputa de poder econômico e político com as regiões mais desenvolvidas do país, porque “para que o RS pudesse realizar uma espécie de industrialização semelhante à que estava ocorrendo em SP, deveria penetrar e desafiar as forças que compunham a esfera política”, (Müller, 1979).

A alternância política não deu, contudo, condições para o prosseguimento do projeto desenvolvimentista de Brizola. Em 1963 foi eleito Ildo Meneghetti, à frente de uma coligação liderada pelo PSD, vindo a atuar como uma continuidade atualizada de Walter Jobim.

Tanto a análise que optou pela prioridade às matérias-primas regionais, quanto à do pólo industrial centraram-se na falta de capitais como o obstáculo a ser superado para a retomada do equilíbrio social. Nenhuma, contudo, conseguiu imprimir uma forma unívoca de desenvolvimento para o estado, alternando-se no governo e dividindo as classes dominantes gaúchas em relação à evolução de suas forças de produção e à participação do capital estrangeiro no processo.

O Rio Grande do Sul seguiu num híbrido entre os dois ideários; algumas conquistas se mantiveram, a exemplo das indústrias implantadas no início da década de 1960. Outras viriam a surgir durante a ditadura militar, que se instalou no Brasil em 1964, sendo os principais exemplos a Refinaria Alberto Pasqualini e o Polo Petroquímico de Triunfo. Também, durante a década de 1970, seguir-se-ia uma crescente participação de novas indústrias de bens intermediários.

#### 4.2. DESENVOLVIMENTO INSUFICIENTE DA INDÚSTRIA GAÚCHA

Fundada, em seu caráter essencial no abastecimento do mercado interno, e secundariamente no mercado internacional, a economia gaúcha, desenvolveu um modo específico de acumular capitais. Com o núcleo da sua atividade até os anos 1950 estabelecido basicamente sobre a produção agropecuária subsidiária aos centros industriais do centro do país, evidenciou-se o aspecto regional da indústria rio-grandense, caracterizada pela produção de bens de consumo mais essenciais.

Face ao estreito vínculo com o setor agrícola, a indústria regional privilegiou o aproveitamento das matérias-primas locais e, de maneira complementar, forneceu alguns equipamentos e insumos básicos a esse

mesmo setor primário. O caráter de dependência do desenvolvimento econômico gaúcho fica mantido no prosseguimento da segunda metade do século XX, não conseguindo desvencilhar-se do papel periférico no próprio desenvolvimento industrial brasileiro.

A partir da década de 1950, tem fim no Brasil uma etapa denominada por João Manoel Cardoso de Mello de 'industrialização restringida'. Até então, o setor secundário do país estava voltado para a produção de bens de consumo assalariados ou não-duráveis e o Rio Grande do Sul, ainda que com algum atraso, conseguiu acompanhar o modelo de expansão nacional. Ingressando a economia brasileira em uma nova etapa, com modo de produção essencialmente capitalista e decisiva intervenção estatal, o Rio Grande do Sul passa a apresentar uma maior defasagem com relação ao centro do país. Nessa mais recente fase, a chamada "industrialização acabada", o setor secundário brasileiro fica marcado pela sua expansão sobre ramos anteriormente não contemplados.

A participação gaúcha no total da indústria nacional mantém a tendência de estagnação das décadas anteriores, mas é nos relativos das categorias de uso que a distância torna-se mais clara<sup>13</sup>. Durante o tempo em que o novo patamar de desenvolvimento nacional foca-se na produção de bens duráveis e de capital, a indústria rio-grandense permanece com estrutura próxima do modelo anterior.

Um fato ponderável para a manutenção de uma imagem agrícola do estado é que, apesar de o grau de industrialização experimentado no período de 1950 a 1980 ter sido alto de forma absoluta, ele ficou dentro da média nacional, conforme dados apresentados no capítulo 3 do presente trabalho. Assim, a participação industrial gaúcha sobre a nacional existente no início do período manteve-se praticamente inalterada; da mesma forma, permaneceu a maior presença agrícola sobre o produto no estado em comparação ao Brasil.

---

<sup>13</sup> Vide tabelas dos pontos 3.3 e 3.4.



Em outras palavras, ainda que a indústria no Rio Grande do Sul tenha passado a ser o setor predominante, guardou-se um distanciamento com relação à intensidade dessa transformação na economia nacional como um todo, mantendo uma presença significativa da produção agrícola.

Dessa maneira, em decorrência de suas próprias características regionais, a indústria gaúcha foi caracterizada no período como beneficiadora de matérias-primas locais, como fizera desde o seu surgimento. Mantinha-se no estado um peso proporcionalmente maior dos bens de consumo não-duráveis em comparação à média brasileira. Enquanto isso, a indústria do sudeste do país continuou a diversificar sua produção, construindo uma participação importante de indústrias dinâmicas, de bens de consumo duráveis e de capital.

#### 4.3 INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE INVESTIMENTO ESTATAL

O processo de industrialização nacional, até o final da primeira metade do século XX, deu-se como um decurso das políticas executadas em defesa da classe cafeeira. Ele não foi um objetivo direto, executado de forma consciente pelo governo brasileiro. No desenvolvimento de todo o processo, investimentos se transferiram para o setor industrial, e dificilmente partiram da iniciativa própria dos industriais.

A política de preços mínimos para o café possibilitou o repasse de renda para o setor, mantendo seus ganhos e concentrando o capital em determinada região. O governo também garantiu uma forte infra-estrutura ao setor cafeeiro da região sudeste, destacando-se ferrovias, armazéns para estocagem e sistemas de saneamento urbano. Com a cultura do café em baixa, os seus produtores puderam destinar o capital acumulado para a indústria.

Dessa maneira, a industrialização ocorre de forma significativa já nesse período inicial do século XX, privilegiando os investimentos principalmente em

São Paulo. Foi um processo que não ocorreu de forma autônoma, mas sim em decorrência da proteção dada pelo governo à burguesia cafeeira.

No momento seguinte, de 1950 a 1980, as grandes modificações pelas quais a indústria brasileira passou foram ligadas, conforme já visto anteriormente, à evolução das suas categorias de uso. Para Accurso (1989), esse comportamento esteve associado intimamente com as mudanças ocorridas nas principais variáveis macroeconômicas, “especialmente da renda pessoal segundo seus estratos, dos investimentos e sua composição, do grau de abertura da economia e da integração da indústria”. Assim, para que a indústria assumisse a preponderância na economia nacional, foram necessárias significativas intervenções da política econômica nacional com seus efeitos sobre todo o sistema econômico.

Tavares (1986) compartilha a ideia de importância do Estado para a dominância do capital industrial no processo global de acumulação a partir da década de 1950, na medida em que sua ação foi decisiva para a “constituição de forças produtivas especificamente capitalistas”. Também para a autora, a participação do Estado garantiu as modificações nos segmentos industriais brasileiros, com a “constituição de uma indústria pesada de bens de produção”. A intervenção estatal no potencial de acumulação interno, dessa forma, precedeu a entrada de um novo capital internacional capaz de mudar o dinamismo do processo de industrialização no Brasil.

No período anterior ao Plano de Metas, a associação entre Estado e capital estrangeiro havia sido menos visível devido às características vigentes no mercado interno brasileiro. As escalas de produção eram reduzidas e o capital privado nacional foi capaz de assegurar-se nos setores de bens de produção onde já estavam instalados. A necessidade desse novo investimento maciço, estatal e estrangeiro, veio em decorrência da própria diferenciação industrial pretendida, com interesse em novos setores, essencialmente nos bens de consumo duráveis e de capital.

A capacidade produtiva expandiu-se, num primeiro momento, para além da demanda pré-existente, concentrando temporalmente o bloco de

investimentos; e a simples expansão e diversificação produtiva anterior não seria suficiente para obter a estrutura técnica e financeira requerida para o novo modelo. Esses são os fatos básicos apontados por Tavares (1986) como “a razão essencial da forte presença do Estado e do caráter dominante do capital estrangeiro nesse ciclo de industrialização”.

Dada a estrutura necessária, o desenvolvimento industrial pretendido a partir do Plano de Metas exigiu alguma forma de concentração dos investimentos, que não se deu somente de forma temporal<sup>14</sup>, mas também espacial. Logo, os novos setores industriais surgidos no Brasil, de eletrodomésticos, automobilístico e de máquinas e equipamentos foram direcionados em sua grande maioria para as unidades federativas do sudeste do país.

#### 4.4 FORNECIMENTO DE INSUMOS E DIVISAS À INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA PELA PRODUÇÃO AGRÍCOLA GAÚCHA

O fortalecimento do capital industrial brasileiro pode ser analisado como decorrente de restrições impostas ao antigo modelo primário-exportador. A partir da crise de 1929 e da depressão mundial dos anos 30, a economia nacional passa a enfrentar uma falta de demanda externa para os exportáveis agrícolas. Até então, a agropecuária havia permanecido como atividade econômica dominante no Brasil, com incentivo externo.

Foi nesse momento que o processo de substituição de importações, em resposta às restrições comerciais advindas de fora do país, alterou o centro da acumulação de capitais para o complexo urbano-industrial. É quando a agricultura, em nível nacional, adquire o caráter subsidiário da indústria, passando a desempenhar as funções básicas para o próprio desenvolvimento do capital industrial. Em outras palavras, e conforme a abordagem apresentada

---

<sup>14</sup> O próprio bordão de Juscelino Kubitschek, de crescer “cinquenta anos em cinco” é ilustrativo dos grandes investimentos realizados em um curto espaço de tempo.

por Ferrari (1990), foi reservado à agricultura o papel de contínuo fornecedor de insumos para a industrialização em um modelo capitalista.

Ainda segundo o mesmo autor, em uma primeira etapa o setor primário nacional assume as funções de produzir os bens agrícolas anteriormente importados e de liberar mão-de-obra para a indústria. Posteriormente, devido a fatores como a integração com a atividade industrial e a maior inserção comercial interna e externa, a agricultura adquire também a função de absorver os produtos de origem industrial.

Com relação a essa criação de mercado aos bens industriais, cabe lembrar que, enquanto a agricultura persistiu com participação significativa de suas formas de subsistência familiar, ela não se integrou adequadamente numa “divisão social do trabalho”. A absorção dos produtos da indústria apresentou dois enfoques. Primeiro, a população ocupada na agricultura constituiu um mercado para os bens de consumo; segundo, o setor rural tornou-se um comprador de máquinas e implementos agrícolas, fertilizantes e demais insumos de origem industrial.

Anteriormente citadas, as dificuldades relacionadas com o mercado exterior, a partir da década de 1930, trouxeram a necessidade do suprimento interno dos bens anteriormente importados. Como a ascendente indústria, de forma progressiva, tratou de prover principalmente a oferta de bens de consumo não-duráveis, coube ao setor primário nacional a diversificação de sua produção de gêneros básicos, a fim de igualmente atender ao mercado interno. Os produtos primários foram de tal modo direcionados como alimentos para a população e como matérias-primas para a indústria.

Outro aspecto relacionado com as restrições à expansão do modelo anterior foi a conseqüente tendência à redução na capacidade de importação. A acumulação de capital voltado à indústria exigiu um contínuo fluxo real de produtos primários ao exterior, a fim de manter a capacidade nacional de absorção de novas tecnologias externas. Dessa forma, a agricultura viabilizou o prosseguimento da nova dinâmica de formação de capital, pois sua produção

foi suficiente para, além de abastecer internamente o país, gerar o excedente direcionado à exportação.

No entanto, diferenciou-se o caráter produtivo entre as diferentes regiões do país, privilegiando a industrialização, notadamente de alguns gêneros de bens duráveis e de capital, em determinada região em detrimento de outras. Assim, forçosamente, o Rio Grande do Sul desenvolveu a sua economia fundada na agricultura e nos seus desdobramentos, de forma subsidiária ao centro dinâmico nacional.

Especialmente no período compreendido entre 1950 e 1980, o setor primário estadual esteve afetado pelas transformações ocorridas no padrão nacional de acumulação, baseadas nos setores mais dinâmicos do país. Por intermédio dessas alterações, acelerou-se o caráter complementar da economia do Rio Grande do Sul, de forma a submeter a agricultura gaúcha aos interesses do setor industrial.

Sobremaneira, a contribuição da industrialização brasileira pela produção agrícola gaúcha funda-se, no período dos 30 anos em análise, nos três principais aspectos que o presente estudo teve o intuito de abordar: barateamento do custo da mão-de-obra à indústria; poupança de divisas por meio de substituição de importações agrícolas; geração de divisas através das exportações de bens primários.

A manutenção da força de trabalho nos centros urbano-industriais ocorreu, principalmente, pela redução dos custos dos produtos agrícolas e, em menor escala, pela liberação de trabalhadores para a cidade. Com relação ao primeiro evento, sabidamente os alimentos representam importante parcela da subsistência dos indivíduos; ao terem seus preços mantidos em baixos patamares, foi possibilitada ao setor industrial a manutenção de salários reduzidos, facilitando a acumulação de capital. Em relação ao segundo evento, a inserção de novas tecnologias na lavoura capitalista, com o consequente ganho de produtividade, ocasionou a menor necessidade de mão-de-obra, também colaborando para o rebaixamento dos salários.

Com referência às divisas, a sua poupança pelo setor primário rio-grandense esteve relacionada com a substituição de importações vitais ao abastecimento do mercado interno brasileiro. Como na década de 1930 o mercado exterior absorveu em menor quantidade os exportáveis agrícolas brasileiros, mormente representados à época pelo café, escassearam as divisas para importação dos bens agrícolas mais básicos, como o trigo, que o setor primário gaúcho tratou de prover.

A função captadora de divisas em um período posterior deveu-se à exportação primária apresentada pelo Rio Grande do Sul, predominantemente superior ao seu volume de importações. Sobretudo a lavoura capitalista permitiu um direcionamento exterior de sua produção, colaborando para o *superávit* da economia gaúcha o seu comércio exterior.

De toda forma, seja gerando, seja poupando divisas, a agricultura rio-grandense liberou importantes recursos que serviram para a importação de bens de capital e de insumos básicos, fundamentais ao prosseguimento da expansão de setores industriais do sistema econômico brasileiro.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho, foram descritos indicativos das contribuições prestadas pela economia do Rio Grande do Sul, e de forma mais específica pela sua produção primária, ao processo de industrialização no Brasil de 1950 a 1980. Passagens de estudos de diversos autores proporcionaram enriquecer a análise, com igual importância dos dados estatísticos disponíveis e aqui reproduzidos.

Após uma descrição inicial da formação econômica gaúcha e das características de seu setor agrícola no capítulo 2, o levantamento dos dados constante no capítulo 3 propiciou-nos um melhor entendimento da evolução da economia do Rio Grande do Sul em um período mais recente. Mas nos permitiu, essencialmente, concluir que a agricultura gaúcha cumpriu importantes funções no processo de desenvolvimento industrial brasileiro.

O esforço desenvolvimentista nacional na fase da “industrialização acabada” teve como uma de suas bases a agricultura comercial brasileira, que “transferiu parte de seu excedente para as atividades produtivas urbanas, favorecendo, deste modo, direta ou indiretamente, o processo de acumulação de capital do complexo industrial do centro-sul do país”, (Tavares, 1983).

Esse padrão de acumulação apoiou-se fortemente na presença do Estado, viabilizador principal de toda a estrutura necessária. Em associação com o capital estrangeiro, foram possíveis transformações voltadas a um capitalismo oligopólico, com grande densidade de capital e capacidade ociosa planejada. De tal modo, houve um polo regional hegemônico sobre o processo; o estado de São Paulo, tendo em vista suas vantagens comparativas já exploradas no presente estudo, pôde lograr benefícios em sua industrialização. Mais do que isso, através da crescente complementaridade entre as regiões brasileiras, tornou possível fazer uso de fatores disponíveis em outras economias regionais, outrossim, claramente, dos insumos e das divisas geradas pela agricultura gaúcha.

No estado, as questões que cercaram o seu desenvolvimento econômico entre 1950 e 1980 suscitaram de forma contemporânea um intenso debate político, conforme exposto anteriormente. Apesar das pretensões gaúchas de desenvolvimento terem apontado para as vias da industrialização, a posição não foi unânime quanto à sua forma mais intensiva, que dependeria de disputas econômicas e políticas com as regiões mais desenvolvidas do país, além de forte intervenção estatal.

Logo, ainda que tenha podido de alguma forma acompanhar as transformações que ocorreram na economia nacional na segunda metade do século XX, o Rio Grande do Sul ficou marcado por uma disposição de caráter complementar no processo de industrialização brasileiro. A agricultura gaúcha foi fundamental para o desenvolvimento e consolidação de novos setores produtivos industriais, contudo não foi possível ao estado inserir-se como um dos pólos centrais nessa etapa de expansão da indústria no Brasil.



## REFERÊNCIAS

- ACCURSO, Claudio F. (coord.). **Uma avaliação da economia gaúcha no período 1960-85**. Volume 1. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1988.
- ACCURSO, Claudio F. (coord.). **Uma avaliação da economia gaúcha no período 1960-85. Estrutura e comportamento da indústria de transformação**. Volume 2. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1989.
- BANDEIRA, Pedro Silveira; GRÜNDLING, Nilton Artur. **O crescimento da indústria no Rio Grande do Sul na década de 70: um estudo comparativo**. Porto Alegre: FEE, 1988.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. 1930-1995**. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1998.
- CARRION JR., Francisco M. **RS: política econômica & alternativas**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. v. 1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. v. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1971.
- DALMAZO, Renato Antônio. **Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul – 1940-74**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 1989.

FERRARI FILHO, Fernando. **Lavoura capitalista e concentração fundiária no Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 1990.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha. A agricultura do Rio Grande do Sul**. Volume 3. 2ª ed. Porto Alegre, 1982.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha. Análise da indústria de transformação do Rio Grande do Sul**. Volume 4. 2ª ed. Porto Alegre, 1978.

FRAQUELLI, Jane Aita. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926. In: DACANAL, J. H., GONZAGA, S., org. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

HERRLEIN JR., Ronaldo. A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, v. 23, número especial, p. 645-667. Porto Alegre, 2002.

HERRLEIN JR., Ronaldo. A transição capitalista no Rio Grande do Sul: 1889-1930: uma nova interpretação. **Economia e sociedade**, v. 13, p. 175-207. Campinas, 2004.

LEITE, Manoel Marques. **Relações externas da economia do Rio Grande do Sul, 1949/79**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1985.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos anos 60. In: DACANAL, J. H., GONZAGA, S., org. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

REICHEL, Heloísa Jochims. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, J. H., GONZAGA, S., org. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

SCHNEIDER, Vera Maria. **Os incentivos fiscais e as exportações gaúchas na década de 70**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 1992.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits (org.). **Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

## ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 16 – Exportações do Rio Grande do Sul e Brasil – em US\$ milhões

PRODUTOS	RIO GRANDE DO SUL			BRASIL			A/B %
	VALOR (A)	CRESC. ANUAL	PART. %	VALOR (B)	CRESC. ANUAL	PART. %	
1968	136	56,3		1.881	15,1	100,0	7,2
1969	202	80,1		2.311	22,8	100,0	8,8
1970	207	17,7		2.739	18,5	100,0	7,6
1971	306	70,6		2.881	5,2	100,0	10,5
1972	451	65,3	100	3.987	38,4	100,0	11,3
Básicos	305		67,5	2.727	37,1	68,4	11,0
Industrial.	145		32,2	1.225	49,2	31,6	11,8
Outros	1		0,3	35	(50,7)	0,9	2,9
1973	876	99,6	100,0	6.199	55,3	100,0	14,1
Básicos	656	121,4	74,9	4.098	48,4	64,5	16,0
Industrial.	216	52,7	24,7	2.039	61,1	32,9	10,6
Outros	4	276,6	0,5	162	360,0	2,6	2,5
1974	882	11,7	100,0	7.968	28,5	100,0	11,1
Básicos	619	5,3	70,1	4.527	10,4	56,9	13,7
Industrial.	258	30,5	29,3	3.246	59,2	40,7	7,9
Outros	5	48,5	0,6	195	20,4	2,4	2,6
1975	1.195	60,6	100,0	8.670	8,8	100,0	13,8
Básicos	795	51,4	66,5	5.027	11,0	58,0	15,8
Industrial.	389	80,1	32,5	3.434	5,8	39,6	11,3
Outros	12	168,1	1,0	209	7,2	2,4	5,7
1976	1.463	22,4	100,0	10.130	16,8	100,0	14,4
Básicos	982	23,6	67,1	6.132	27,0	60,5	16,0
Industrial.	458	17,8	31,3	3.617	5,8	35,7	12,6
Outros	23	93,0	1,6	381	82,3	3,8	6,0
1977	1.715	17,3	100,0	12.120	19,6	100,0	14,2
Básicos	1.139	16,0	66,4	6.959	13,5	57,4	16,4
Industrial.	561	22,5	32,7	4.883	35,0	40,3	11,5
Outros	15	(34,3)	0,9	278	(27,0)	2,3	5,4
1978	1.642	(4,3)	100,0	12.651	4,4	100,0	13,0
Básicos	893	(21,7)	54,4	5.970	(14,3)	47,2	14,9
Industrial.	736	31,3	44,8	6.500	33,1	51,4	11,3
Outros	13	(11,6)	0,8	181	(34,9)	1,4	7,2
1979	1.604	(2,4)	100,0	15.244	20,5	100,0	10,5
Básicos	760	(14,9)	47,4	6.553	9,8	43,0	11,6
Industrial.	817	11,0	51,0	8.532	31,3	56,0	9,6
Outros	27	99,3	1,7	159	(12,2)	1,0	17,0
1980	2.090	30,3	100,0	20.132	32,1	100,0	10,4
Básicos	1.048	38,0	50,2	8.463	29,1	42,0	12,4
Industrial.	1.011	23,7	48,4	11.384	33,4	56,5	8,9
Outros	31	14,7	1,5	285	79,2	1,5	10,9

Fonte: Banco Central do Brasil. Secretaria da Fazenda/RS, apud Schneider (1992, p.182).

**Tabela 17 – Participação relativa das exportações e importações sobre o PIB do Brasil e do Rio Grande do Sul de 1967 a 1980**

ANOS	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL	
	EXPORTAÇÕES/PIB	IMPORTAÇÕES/PIB	EXPORTAÇÕES/PIB	IMPORTAÇÕES/PIB
1967	5,87	-	5,21	4,54
1968	7,75	-	5,22	5,14
1969	9,80	-	5,82	5,01
1970	6,20	7,13	6,04	5,53
1971	7,77	7,63	5,55	6,21
1972	9,71	9,10	6,52	6,92
1973	12,50	7,26	7,62	7,61
1974	9,19	10,32	7,50	11,93
1975	11,22	7,36	7,01	9,87
1976	11,52	6,42	6,65	8,13
1977	12,14	6,36	6,89	6,84
1978	9,86	7,15	6,32	6,83
1979	8,30	8,68	6,80	7,97
1980	11,13	9,44	8,40	9,59
Média	9,50	7,93	6,55	7,29

Fonte: Bacen. IBGE. Secretaria da Fazenda/RS. FEE. apud Schneider (1992, p.151).

**Tabela 18 – Participação do Rio Grande do Sul no produto interno líquido da indústria brasileira de 1960 a 1980**

ANO	PARTICIPAÇÃO	ANO	PARTICIPAÇÃO
1960	5,9	1971	5,3
1961	5,8	1972	5,9
1962	5,8	1973	5,9
1963	5,6	1974	6,0
1964	5,4	1975	6,0
1965	5,6	1976	6,0
1966	5,2	1977	6,4
1967	5,0	1978	6,5
1968	5,1	1979	6,1
1969	5,0	1980	5,5
1970	4,9		

Fonte: dados extraídos de Accurso (1989).

**Tabela 19 – Área produtiva total e por subsetores da agricultura do Rio Grande do Sul de 1960 a 1980**

SUBSETORES	1960	1970	1975	1980
Colônia				
Área (ha)	3.020.624	5.306.578	4.983.136	4.856.560
Participação (%)	15,4	23,3	22,2	21,3
Agropecuária Empresarial				
Área (ha)	1.985.241	2.427.296	3.299.196	4.036.314
Participação (%)	10,1	10,7	14,6	17,7
Pecuária Extensiva				
Área (ha)	12.292.577	13.064.353	12.320.690	11.875.042
Participação (%)	62,7	57,4	54,6	52,0
Outros				
Área (ha)	2.295.169	1.971.601	1.948.844	2.080.235
Participação (%)	11,8	8,6	8,6	9,1
<b>Total</b>	<b>19.593.611</b>	<b>22.769.828</b>	<b>22.551.866</b>	<b>22.848.151</b>

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários RS, apud Accurso (1988, p.104).

**Tabela 20 – Utilização de fatores por subsetores da agricultura do Rio Grande do Sul de 1960 a 1980**

SUBSETORES	ANOS	PESSOAL OCUPADO TOTAL	VALOR DO CAPITAL TOTAL	DESPESAS COM INSUMOS TOTAL
Colônia	1960	938.327	9.422	1.074
	1970	1.147.934	15.739	1.507
	1975	1.366.177	37.256	3.158
	1980	1.264.280	42.434	4.802
Agropecuária Empresarial	1960	195.162	4.975	727
	1970	149.234	10.652	1.589
	1975	222.253	29.905	5.767
	1980	234.240	39.691	6.705
Pecuária Extensiva	1960	72.249	3.102	233
	1970	68.019	4.531	456
	1975	78.871	9.327	1.070
	1980	95.087	14.608	1.588
Total	1960	1.225.238	17.653	2.063
	1970	1.370.640	31.211	3.578
	1975	1.680.399	77.053	10.035
	1980	1.609.313	97.409	13.136

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários RS, apud Accurso (1988, p.111, 117, 121).

Valores do capital e dos insumos em milhões de cruzados.